Estratégia Concursos

Aula 00

PC-MG (Investigador) Medicina Legal - 2021 - Pós-Edital

Autor:
Alexandre Herculano, Equipe Alexandre Herculano

10 de Outubro de 2021

Sumário

1 - Perícias e Peritos 6

1.1 - Perícias 7

1.2 - Exame de Corpo de Delito 21

1.3 - Prazo para elaboração do exame e do laudo pericial 34

1.4 - Lesão corporal e a perícia 42

1.5 - Principais perícias elencadas no Código de Processo Penal 47

Lista de Questões 52

Gabarito 79

APRESENTAÇÃO PESSOAL



Olá, meus amigos! Meu nome é Alexandre Herculano e vamos iniciar o **curso de Medicina Legal**. Vamos trabalhar com base no edital da Polícia Civil de Minas Gerais.

Sou professor de **Medicina Legal**, Criminalística, Criminologia e Leis Penais há 14 anos. **Professor de Medicina Legal na Pós-Graduação** presencial de Penal e Processual Penal da CESUL-PR. Pós-graduado em **Perícia Criminal e Ciência Forense**, Pós-Graduado em Gestão da Segurança Pública, e Pós-graduado em Penal e Processo Penal. Servidor público federal do Ministério da Justiça e Segurança Pública. Autor de livros.

Fui aprovado, também, nos concursos da Polícia Civil (área policial e pericial) do Rio de Janeiro, Polícia Rodoviária Federal – PRF (duas vezes), Analista em Segurança Judiciária do STJ – 12ª posição (Inspetor de Segurança) e outros.

Atuei quatro anos na **Secretaria Nacional de Segurança Pública (Ministério da Justiça e Segurança Pública),** que fica em Brasília, assim, adquiri boa experiência nessa área, além de ter colaborado em cursos EAD para a Polícia Civil de vários Estados. Ministrei aulas para os concursos da PRF, PCMG, PCBA, IGC-SC, PCSP, PCGO, PCDF, PCRJ e outros. Tivemos vários aprovados, logo, espero fazer parte do seu sucesso também!

Meus amigos, para atingir o sucesso, não deixem para estudar na última hora. **Estudando bem o curso, vocês já sairão na frente!** Qualquer dúvida, utilizem o fórum do site. Será um prazer atendê-los, ok?

No curso teremos **aulas em pdf e videoaulas**. Além disso, vamos ter **resumos e mapas mentais** que ficarão disponíveis na área do aluno. Isso para cada aula postada. Dessa forma, vocês vão ter material suficiente para gabaritar a prova de Medicina Legal.

Vejamos **alguns feedbacks**, recentes, de alunos que estudaram comigo. Foram muitas aprovações:

> "Curso 100% satisfatório! por mais que eu não tenha terminado o curso todo, tudo que vi até agora foi muito útil para meus estudos, parabéns ao Herculano.

"MELHOR PROFESSOR DE MEDICINA LEGAL DO BRASIL"

"Venho agradece imensamente ao professor Alexandre Herculano, fiquei em 1º colocado no concurso do TRT RJ de 2017, para área de Segurança Judiciária."

"Olá, professor. Quero deixar meu agradecimento. Estou aprovado no TRF 2º 2017, Técnico Segurança e Transportes 2017. Fiz o curso específico com o seu material. Fica minha consideração ao trabalho. Abraço.

"Prof passei em 2º lugar para Agente do Detran-CE 2018 p/ Aracati, quero lhe agradecer pelo material que fez no Estratégia, foi certeiro! Eu estudei tudo várias e várias vezes!! Obrigada!"

"Depois de ter passado no taf na PRF venho aqui deixar meu agradecimento especial ao professor Alexandre Herculano. O cara é fantástico!"

"professor, fiquei em primeiro colocado para legista do IGP-PR. Obrigado por tudo."

"Gostaria de exaltar os pdf's do professor, são de leitura gostosa, dinâmico e rico em conteúdo. Vale a pena investir."

"Criminologia ficou fácil com o Alexandre Herculano, parabéns ao Estratégia e toda equipe."

"O melhor professor de Legislação de Trânsito."

"Passeeeeeiiiiii, mestre, 8º colocado na PRF. Muito obrigado pelas dicas!"

"professor, obrigado pela ajuda em Criminalística. Passei em 2º colocado para Perito Criminal do Pará"

"gabaritei medicina legal na PC de São Paulo, graças ao professor Herculano"

É gratificante ver essas mensagens. Essas foram algumas considerações pela área do aluno, fora as mensagens que recebemos diariamente no Instagram e Facebook. Isso mostra que estamos no caminho certo. Vamos com tudo!



Observação importante: este curso é protegido por direitos autorais (copyright), nos termos da Lei 9.610/98, que altera, atualiza e consolida a legislação sobre direitos autorais e dá outras providências.

Grupos de rateio e pirataria são clandestinos, violam a lei e prejudicam os professores que elaboram os cursos. Valorize o trabalho de nossa equipe adquirindo os cursos honestamente através do site Estratégia Concursos.

Para ter acesso a **dicas e informações gratuitas**, acesse as seguintes redes sociais:

Professor Alexandre Herculano

@prof.herculano

Observação importante: este curso é protegido por direitos autorais (copyright), nos termos da Lei 9.610/98, que altera, atualiza e consolida a legislação sobre direitos autorais e dá outras providências.

Grupos de rateio e pirataria são clandestinos, violam a lei e prejudicam os professores que elaboram os cursos. Valorize o trabalho de nossa equipe adquirindo os cursos honestamente através do site Estratégia Concursos

Então, vamos começar! Mas antes, percam seis minutinhos para assistir esse vídeo, tenho certeza que muitos irão se animar.

http://www.youtube.com/watch?v=qZIPGfzhzvM

Ah! Mais um minutinho importante...rsrs!

Antes de iniciarmos o nosso curso, vamos a alguns **AVISOS IMPORTANTES:**

1) Com o objetivo de ***otimizar os seus estudos***, você encontrará, em ***nossa plataforma (Área do aluno)***, alguns recursos que irão auxiliar bastante a sua aprendizagem, tais como **"*Resumos*", "*Slides*"** e **"*Mapas Mentais*"** dos conteúdos mais importantes desse curso. Essas ferramentas de aprendizagem irão te auxiliar a perceber aqueles tópicos da matéria que você precisa dominar, que você não pode ir para a prova sem ler.

2) Em nossa Plataforma, procure pela ***Trilha Estratégica e Monitoria*** da sua respectiva área/concurso alvo. A Trilha Estratégica é elaborada pela nossa equipe do *Coaching*. Ela irá te indicar qual é exatamente o ***melhor caminho*** a ser seguido em seus estudos e vai te ajudar a ***responder as seguintes perguntas***:

- Qual a melhor ordem para estudar as aulas? Quais são os assuntos mais importantes?

- Qual a melhor ordem de estudo das diferentes matérias? Por onde eu começo?

- "*Estou sem tempo e o concurso está próximo!*" Posso estudar apenas algumas partes do curso? O que priorizar?

- O que fazer a cada sessão de estudo? Quais assuntos revisar e quando devo revisá-los?

- A quais questões deve ser dada prioridade? Quais simulados devo resolver?

- Quais são os trechos mais importantes da legislação?

3) Procure, nas instruções iniciais da "Monitoria", pelo *Link* da nossa **"*Comunidade de Alunos*"** no Telegram da sua área / concurso alvo. Essa comunidade é ***exclusiva*** para os nossos assinantes e será utilizada para orientá-los melhor sobre a utilização da nossa Trilha Estratégica. As melhores dúvidas apresentadas nas transmissões da "***Monitoria***" também serão respondidas na nossa ***Comunidade de Alunos*** do Telegram.

(*) O Telegram foi escolhido por ser a única plataforma que preserva a intimidade dos assinantes e que, além disso, tem recursos tecnológicos compatíveis com os objetivos da nossa Comunidade de Alunos.

1 - PERÍCIAS E PERITOS

O termo perícia vem do latim que "significa experiência, saber, habilidade", sendo necessária sua realização em alguns casos por meio de **peritos especializados em determinadas áreas** como, por exemplo, medicina, química, biologia, direito e outros ramos. Pode ser considerada uma diligência na qual busca encontrar a veracidade através da análise dos vestígios deixados por uma infração.

Para se realizar a perícia **é necessário que o delito praticado tenha deixado vestígios**, como determina o art. 158, do Código de Processo Penal, quando dispõe que o exame é indispensável, não sendo suprido nem mesmo pela confissão do acusado, haja vista que o mesmo poderá confessar algo que não fez para beneficiar outro que tenha praticado o ato criminoso.

Esse assunto cai bastante, principalmente uma parte jurídica que vai do **artigo 158 ao 184 do Código de Processo Penal**, e também, o artigo 6º dessa norma.

Logo que tiver conhecimento da prática da infração penal, a **autoridade policial**, que é o Delegado de Polícia, deverá dirigir-se ao local, providenciando para que não se alterem o estado e conservação das coisas, até a chegada **dos peritos criminais** para realização de pericias. Além disso, o Delegado, vai também, **apreender os objetos** que tiverem relação com o fato, mas só após a liberação pelos peritos criminais.



1.(2017 – FUNDATEC – IGP-RS - Perito Médico Legista) O Código de Processo Penal, em seu Artigo 6º, determina que todo local de crime deve ser preservado até a chegada dos Peritos Criminais. Quem é responsável pelo isolamento e preservação do local?

a) Familiar da vítima.

b) Agente de trânsito.

c) Autoridade Policial.

d) Policial Militar.

e) Juiz.

Comentários: A **alternativa C** é o gabarito da questão. muitas vezes quem chega primeiro no local de um crime é o Policial Militar, o qual deverá fazer a preservação daquele. Mas a norma menciona que é a autoridade policial (Delegado de Polícia).

2.(2017 – FUNDATEC – IGP-RS - Perito Médico Legista) Logo que tiver conhecimento da prática da infração penal, a autoridade policial deverá:

I. Se possível e conveniente, dirigir-se ao local, providenciando para que não se altere o estado e a conservação das coisas, enquanto necessário.

II. Apreender imediatamente os instrumentos e todos os objetos que tiverem relação com o fato.

III. Apreender os objetos que tiverem relação com o fato, após liberados pelos Peritos Criminais.

IV. Dirigir-se ao local, providenciando para que não se alterem o estado e a conservação das coisas até a chegada dos Peritos Criminais.

Quais estão corretas?

a) Apenas II.

b) Apenas IV.

c) Apenas I e III.

d) Apenas II e IV.

e) Apenas III e IV.

Comentários: A **alternativa E** é o gabarito da questão. regras do art. 6º do CPP que vimos acima.

3.(2016 – FUNCAB – PC-PA - Escrivão de Polícia Civil) No que diz respeito às perícias e aos peritos é correto afirmar que:

a) não pode ser realizada perícia em objetos falsificados.

b) os peritos estão isentos de responsabilidade civil decorrente de dolo ou culpa.

c) armas de fogo com numeração suprimida, raspada ou adulterada são isentas de perícia.

d) os peritos podem ser responsabilizados criminalmente por atos no exercício da função.

e) o Delegado de Polícia não pode requisitar uma perícia médico-legal.

Comentários: A **alternativa D** é o gabarito da questão. Os peritos estão sujeitos a responsabilização criminal por atos praticados no exercício da função, conforme estabelece o artigo 342 do Código Penal: "Fazer afirmação falsa, ou negar ou calar a verdade como testemunha, perito, contador, tradutor ou intérprete em processo judicial, ou administrativo, inquérito policial, ou em juízo arbitral". Trata-se do crime de falsa perícia.

1.1 - Perícias

Perícias são diligências que **possuem a finalidade de estabelecer a veracidade ou a falsidade de situações, fatos ou acontecimentos, de interesse da justiça por meio de provas.** São verificações (análises) de todo

o vestígio de uma infração, cabe lembrar aqui, que **vestígio e indícios não são sinônimos**. Elas podem ser divididas em grupos.

RESUMINDO

As perícias podem ser divididas em quatro grupos

- exame médico-legal, feito em pessoas vivas
- exame de necroscopia, feito sobre cadáveres
- exame de exumação, feito em cadáver já sepultado
- exames laboratoriais



(**necrópsia**)

Qualquer marca, fato, sinal que seja detectado em local onde tenha sido praticado fato delituoso é, em tese, um vestígio. Agora, após esse ser devidamente analisado, interpretado e associado com os exames laboratoriais e dados da investigação policial daquele fato, enquadrando-se em toda sua moldura, tiver

estabelecida sua inequívoca relação com o fato delituoso e com as pessoas com esse relacionadas, aí ele terá se transformado em um indício.

É importante vocês saberem que o Código de Processo Penal - CPP, menciona que sempre que uma infração deixar vestígios é indispensável o exame de corpo de delito, direto ou indireto, não podendo suprimi-lo a confissão do acusado. As perícias devem ser **realizadas por peritos oficiais, aqueles concursados (em regra somente um)**, portadores de diploma de curso superior e que na falta de perito oficial, o exame deve ser feito por duas pessoas idôneas portadoras de diploma de curso superior e de preferência na área específica, dentre as que tiverem habilitação técnica relacionada com a natureza do exame. E, caso tenha desaparecido os vestígios, o exame não poderá ser realizado, contudo a prova testemunhal poderá suprir a falta daquele. Então, uma perícia pode ser realizada direta e indiretamente.



4. (2018 – CESPE – PC-MA - Médico Legista) Com relação à perícia médico-legal e aos exames periciais, assinale a opção correta.

a) É permitido ao perito assinar laudos mesmo sem ele ter participado diretamente dos exames periciais.

b) O exame realizado por um único perito é considerado válido no processo penal.

c) O exame pericial pode ser realizado por duas pessoas idôneas, portadoras de diploma superior, escolhidas, de preferência, entre as que tiverem habilitação técnica relacionada à natureza do exame, onde não houver peritos oficiais.

d) O corpo de delito direto é composto por depoimento de testemunhas, fichas hospitalares, boletins médicos e confissão extrajudicial.

e) No corpo de delito indireto, há vestígios materiais de infrações legais.

Comentários: A **alternativa C** é o gabarito da questão. na letra B, há a possibilidade de ser válido quando é um perito oficial, que é aquele concursado.

5.(2016 – CESPE – PC-PE - Delegado de Polícia) Com relação aos conhecimentos sobre corpo de delito, perito e perícia em medicina legal e aos documentos médico-legais, assinale a opção correta.

a) Perícia é o exame determinado por autoridade policial ou judiciária com a finalidade de elucidar fato, estado ou situação no interesse da investigação e da justiça.

b) O atestado médico equipara-se ao laudo pericial, para serventia nos autos de inquéritos e processos judiciais, devendo ambos ser emitidos por perito oficial.

c) Perito oficial é todo indivíduo com expertise técnica na área de sua competência incumbido de realizar o exame.

d) É inválido o laudo pericial que não foi assinado por dois peritos oficiais.

e) Define-se corpo de delito como o conjunto de vestígios comprobatórios da prática de um crime evidenciado no corpo de uma pessoa.

Comentários: A **alternativa A** é o gabarito da questão. vamos ver abaixo que o laudo é um relatório médico-legal, e não tem nada a ver com atestado. Ambos são documentos médico-legais.

6.(2017 – FUNDATEC – IGP-RS - Papiloscopista e Técnico em Perícia) Em Criminalística, devemos distinguir, fundamentalmente, dois tipos de morte: a natural e a violenta. São exemplos de morte violenta:

a) Infarto agudo do miocárdio e disparo de arma de fogo.

b) Acidente de trânsito e enforcamento.

c) Diabetes e acidente de trabalho.

d) Desmoronamento e insuficiência cardíaca.

e) Câncer de pulmão e cirrose hepática.

Comentários: A **alternativa B** é o gabarito da questão. Mortes violentas são aquelas que decorrem de causas externas de cunho violento, como o acidente de trânsito e o enforcamento.

7.(Universa - Perito Criminal - GO - 2010) Entre as modalidades de exames de corpo de delito realizados por Peritos Criminais, incluem-se

A) desmoronamentos, lesões corporais, acidentes de trabalho.

B) incêndios, arrombamentos, conjunções carnais.

C) crimes contra a pessoa, biológicos, exumações.

D) crimes de trânsito, grafotécnicos, toxicológicos.

E) necroscópicos, embriaguês, explosão.

Comentários: A **alternativa D** é o gabarito da questão. Para os diferentes tipos de exames de Corpo de Delito (Perícias) existem duas classes de peritos oficiais:

PERITO MÉDICO LEGISTA: é o responsável pela realização das seguintes perícias: necroscópicas, exumações, lesões corporais, exame clínico de embriaguez, conjunção carnal, atentado violento ao pudor etc.

PERITO CRIMINAL: é o responsável pela realização das seguintes perícias: local de crime contra a pessoa, local de incêndio, local de explosão, local de desmoronamento, local de acidente de trabalho, local de acidente de trânsito, local de danos à propriedade, local de arrombamento, papiloscópicos, grafotécnicos, contábeis, balística, toxicológicos, biológicos, avaliações, etc.

8.(2017 – IBFC – POLÍCIA CIENTÍFICA-PR - Médico Legista) As perícias médico-legais são realizadas pelo Perito Médico. Analise as afirmativas a seguir e assinale a alternativa correta.

I. Se a morte de um indivíduo é caracterizada como violenta, a equipe médica está impedida de fornecer atestado de óbito, e procedimentos iniciais para preservação de órgãos precisam ser autorizados por juiz, por meio de médico forense.

II. A atuação do perito far-se-á em qualquer fase do processo, desde que antes da sentença.

III. Peritos são pessoas qualificadas ou experientes em certos assuntos, a quem se incumbe a tarefa de esclarecer um fato de interesse da justiça, quando solicitada.

Estão corretas as afirmativas:

a) Todas as afirmativas estão corretas

b) Estão corretas apenas as afirmativas I e II

c) Estão corretas apenas as afirmativas I e III

d) Estão corretas apenas as afirmativas II e III

e) Está correta apenas a afirmativa I

Comentários: A **alternativa C** é o gabarito da questão. Vejamos cada uma das assertivas:

Errada: os procedimentos iniciais para preservação de órgãos não precisam ser autorizados por juiz

Errada: a atuação do perito far-se-á em qualquer fase do processo, mesmo depois da sentença.

Correta.

9.(2018 – CESPE – PC-SE - Delegado de Polícia) Um homem de quarenta e cinco anos de idade morreu após se engasgar com um pedaço do sanduíche que comia em uma lanchonete. Ele estava na companhia do seu cunhado, que não conseguiu ajudá-lo a retomar o fôlego. Os empregados da lanchonete acionaram o socorro médico, mas não houve êxito na tentativa de evitar a morte do homem.

Considerando essa situação hipotética e os diversos aspectos a ela relacionados, julgue o item a seguir.

O evento morte descrito será classificado, quanto à causa jurídica, como morte natural.

Comentários: A assertiva está **ERRADA**. O item contém inverdade ao classificar o tipo de morte relatada do enunciado como natural. A morte por engasgo advém de causa externa, trata-se de morte violenta, um tipo de morte forense que detém interesse da justiça e que exige exame pericial.

10.(2017 – FCC – POLITEC-AP - Perito Médico Legista) O Perito Médico Legista possui os mesmos impedimentos e suspeições que os juízes no âmbito criminal. Em relação aos impedimentos e suspeições a que está sujeito, o Perito

a) pode realizar o exame sexológico caso a vítima seja sua irmã.

b) deve realizar todas as perícias requisitadas durante seu plantão, devendo se manifestar a respeito de impedimento quando for questionado em segunda instância.

c) deve se declarar suspeito caso seja amigo íntimo do acusado pelo crime.

d) pode realizar o exame de corpo de delito em parentes de terceiro grau.

e) não deve realizar exame de lesão corporal se a vítima residir em um raio menor que 10 km de sua própria residência.

Comentários: A **alternativa C** é o gabarito da questão. Vejamos o que diz a lei:

Art. 280, CPP. É extensivo aos peritos, no que lhes for aplicável, o disposto sobre suspeição dos juízes.

O que nos leva ao artigo 254 do mesmo Código:

Art. 254, CPP. O juiz dar-se-á por suspeito, e, se não o fizer, poderá ser recusado por qualquer das partes:

I - se for amigo íntimo ou inimigo capital de qualquer deles;

II - se ele, seu cônjuge, ascendente ou descendente, estiver respondendo a processo por fato análogo, sobre cujo caráter criminoso haja controvérsia;

III - se ele, seu cônjuge, ou parente, consangüíneo, ou afim, até o terceiro grau, inclusive, sustentar demanda ou responder a processo que tenha de ser julgado por qualquer das partes;

IV - se tiver aconselhado qualquer das partes;

V - se for credor ou devedor, tutor ou curador, de qualquer das partes;

VI - se for sócio, acionista ou administrador de sociedade interessada no processo.

Já o impedimento se fixa em elementos objetivos trazidos pela lei que, como o próprio nome diz, impedem a atuação de alguém como perito. Vejamos o CPP.

Art. 279, CPP. Não poderão ser peritos:

I - os que estiverem sujeitos à interdição de direito mencionada nos ns. I e IV do art. 69 do Código Penal;

II - os que tiverem prestado depoimento no processo ou opinado anteriormente sobre o objeto da perícia;

III - os analfabetos e os menores de 21 anos.

11.(2017 – FUNDATEC – IGP-RS - Perito Criminal) Sobre a perícia médico-legal nos casos de envenenamento, é correto afirmar que:

a) Livores hipostáticos podem indicar envenenamento por monóxido de carbono se apresentarem tonalidade violácea.

b) O exame interno das cavidades tem pouca importância, limitando-se à coleta de tecidos para perícia laboratorial.

c) A estricnina e seus análogos causam uma antecipação da rigidez muscular.

d) A coleta de sangue extravasado para as cavidades abdominal ou torácica deve ser preferida para realização de perícia toxicológica.

e) Substâncias como o fósforo e alguns compostos de arsênio causam lesão hepática centrolobular mais frequentemente.

Comentários: A **alternativa C** é o gabarito da questão. A) INCORRETO - a tonalidade é acarminada.

B) INCORRETO - é de extrema importância o exame interno das cavidades. Segundo CROCE, para afirmar o diagnóstico de morte por envenenamento, o perito procurará orientar-se pelo critério físico-químico ou toxicológico, buscando isolar, identificar e dosar, no sangue colhido do coração e dos vasos da base, na urina, nas vísceras e nos tecidos em geral, as substâncias tóxicas suspeitas, associado ao critério médico-legal, fundamentando as suas deduções na possível ausência de outras lesões, na necropsia, que justifiquem o exitus. (CROCE, Delton. CROCE Jr., Delton. Manual de Medicina Legal. 8ª edição,pg 1031, Editora Saraiva, 8 edição, 2012).

C) CORRETO - estricnina é um alcaloide utilizado para matar ratos. Após 10 a 20 minutos, há a ocorrência de espasmos e convulsões. A morte ocorre por asfixia em decorrência da paralisação do sistema nervoso central. Há o endurecimento do corpo em decorrência do "rigor mortis."

D) INCORRETO - conforme explicação da letra B

E) INCORRETO - "Os solventes orgânicos, como o tetracloreto de carbono e o tricoroetileno causam lesão cetrolobular. O fósforo amarelo, encontrado em estalinhos e venenos para rato, raramente causa lesão hepática, seja por exposição acidental, seja intencional. Os sintomas de envenenamento são similares aos de qualquer outro tipo de hepatite". (GOLDMAN, Lee; SCHAFER, Andrew I. Golman Cecil Medicina. 24º edição, Elsevier).

Alternativa: C.

12.2017 – CESPE – PC-GO - Delegadp de Polícia) No que se refere às perícias e aos laudos médicos em medicina legal, assinale a opção correta.

a) As perícias podem consistir em exames da vítima, do indiciado, de testemunhas ou de jurado.

b) A perícia em antropologia forense permite estabelecer a identidade de criminosos e de vítimas, por meio de exames de DNA, sem, no entanto, determinar a data e a circunstância da morte.

c) A opção pela perícia antropológica deve ser conduta de rotina nos casos em que a família da vítima manifestar suspeita de morte por envenenamento.

d) As perícias médico-legais são restritas aos processos penais e civis.

e) Laudo médico-legal consiste em narração ditada a um escrivão durante o exame.

Comentários: A **alternativa A** é o gabarito da questão. Vamos analisar as alternativas:

a) CORRETA - todos os sujeitos apresentados estão sujeitos à perícia. Uma dúvida poderia surgir quanto ao jurado, no entanto, lembre-se que os jurados têm um papel singular no tribunal do júri. Logo, é cabível o exame pericial em tais sujeitos.

b) INCORRETA - perícia antropológica é o ramo da medicina legal que consiste no estudo da IDENTIDADE e da IDENTIFICAÇÃO médico-legal e judiciária. Logo, não há correlação com data e circunstância da morte.

c) INCORRETA - perícia antropológica e morte por envenenamento não possuem nenhum tipo de correlação.

D) INCORRETA - as perícias médico-legais não são restritas à esfera penal e civil, sendo cabível nos procedimentos administrativos, processos trabalhistas e previdenciários.

e) INCORRETA- O Relatório médico-legal é um documento detalhado sobre uma perícia-médica, podendo ser apresentado na forma de LAUDO ou AUTO. Laudo se o documento é realizado após a investigação dos peritos. Auto se ditado ao escrivão perante testemunhas.

13.(2018 – CESPE – PC-MA - Odontologia) O perito odontolegista tem direito garantido de atuar nas áreas

a) familiar, regulatória, trabalhista e cível.

b) criminal, cível, trabalhista e administrativa.

c) penal, trabalhista, cível e regulatória.

d) criminal, familiar, cível e administrativa.

e) trabalhista, administrativa, cível e familiar.

Comentários: A **alternativa B** é o gabarito da questão. O Perito Odontolegista não atua apenas na seara criminal. Também é direito seu atuar nas áreas cível, trabalhista e administrativa.

14.(2018 – CESPE – PC-MA - Odontologia) A atuação do perito odontolegista subordina-se às normas do

a) conselho regional de odontologia.

b) Conselho Federal de Odontologia.

c) Código Processual Pericial.

d) Código Pericial Odontológico.

e) Código Ético Pericial.

Comentários: A **alternativa B** é o gabarito da questão.

15.(2018 – CESPE – PC-MA - Odontologia) Assinale a opção que apresenta, respectivamente, dever profissional do cirurgião-dentista e dever profissional do perito odontolegista.

a) consentimento informado e registro no conselho

b) objetividade e demonstração científica da prova

c) neutralidade e testemunho no tribunal

d) confidencialidade e responsabilidade no laudo

e) proteção de dados e confidencialidade

Comentários: A **alternativa D** é o gabarito da questão. Art. 9º da Resolução CFO 118 de 2012: Constituem deveres fundamentais dos inscritos e sua violação caracteriza infração ética:- VIII - resguardar o sigilo profissional; Logo, no caso do dever profissional do cirurgião-dentista, temos a CONFIDENCIALIDADE.

Com relação ao dever do perito, das alternativas apresentadas, a que mais adequada é a RESPONSABILIDADE NO LAUDO, tendo em vista que o perito tem o dever de zelar por uma conduta proba, na realização do seu trabalho, na análise de objetos e materiais, confeccionando, assim, um laudo que retrate a realidade que foi aferida.

16.(2018 – CESPE – PC-MA - Odontologia) O exercício do cargo de perito odontolegista será indeclinável quando o profissional for intimado pelo julgador e informado a respeito de fatos litigiosos relacionados com seu especial saber em caso de

a) atuação extraoficial.

b) pleito civil.

c) remuneração incompatível.

d) procedimento penal.

e) requisição judicial.

Comentários: A **alternativa D** é o gabarito da questão. O Perito Odontolegista é um profissional com curso superior em Odontologia e que tem sua atuação regulamentada pelos artigos 63 e 64 da Resolução CFO 063/2005 garantindo-lhe o direito de trabalhar tanto na área criminal como nas áreas cível, trabalhista e administrativa. Em âmbito criminal, está vinculado, normalmente, aos institutos oficiais de perícias, exemplificados por Instituto de Medicina Legal (IML), Instituto de Criminalística (IC) ou Instituto Geral de Perícias (IGP), possuindo extrema importância no corpo dos órgãos oficiais de perícia por se tratarem dos únicos e verdadeiros conhecedores da sua área de atuação.

17.(2018 – CESPE – PC-MA - Odontologia) Ao analisar as circunstâncias de um crime e confrontar as provas testemunhais com o laudo do odontolegista, a autoridade judicial constatou que houve afirmação falsa no laudo pericial: o profissional omitiu informações relevantes para a correta elucidação do caso e para atribuição de responsabilidade.

Nessa situação hipotética, no âmbito judicial, o odontolegista estará sujeito a

a) transferência para serviços burocráticos.

b) nota de censura pública e multa de seis salários mínimos.

c) processo disciplinar que poderá culminar com a punição de aposentadoria compulsória.

d) inabilitação para atuar em outras perícias por dois a cinco anos.

e) processo disciplinar que poderá acarretar demissão por justa causa.

Comentários: A **alternativa D** é o gabarito da questão. Art. 158 do NCPC: O perito que, por dolo ou culpa, prestar informações inverídicas responderá pelos prejuízos que causar à parte e ficará inabilitado para atuar em outras perícias no prazo de 2 (dois) a 5 (cinco) anos, independentemente das demais sanções previstas

em lei, devendo o juiz comunicar o fato ao respectivo órgão de classe para adoção das medidas que entender cabíveis.

18.(2018 – CESPE – PC-MA - Odontologia) À luz da legislação pertinente, o odontologista quebrará o sigilo profissional se

a) relatar o Código Internacional das Doenças no atestado odontológico sem a assinatura de consentimento do paciente.

b) notificar doença compulsória ao órgão competente.

c) cobrar os honorários em juízo no caso de declinação do tratamento empreendido.

d) colaborar com a justiça nos casos previstos em lei sem autorização do paciente.

e) revelar fato sigiloso de incapaz ao seu responsável.

Comentários: A **alternativa A** é o gabarito da questão. Conforme código de ética odontológica (Resolução CFO-42 de 2003), temos que:

Art. 10. Constitui infração ética:

I - revelar, sem justa causa, fato sigiloso de que tenha conhecimento em razão do exercício de sua profissão;

II - negligenciar na orientação de seus colaboradores quanto ao sigilo profissional;

III - fazer referência a casos clínicos identificáveis, exibir pacientes ou seus retratos em anúncios profissionais ou na divulgação de assuntos odontológicos em programas de rádio, televisão ou cinema, e em artigos, entrevistas ou reportagens em jornais, revistas ou outras publicações legais, salvo se autorizado pelo paciente ou responsável;

§ 1º. Compreende-se como justa causa, principalmente:

a) notificação compulsória de doença; (LETRA B)

b) colaboração com a justiça nos casos previstos em lei; (LETRA D)

c) perícia odontológica nos seus exatos limites;

d) estrita defesa de interesse legítimo dos profissionais inscritos;

e) revelação de fato sigiloso ao responsável pelo incapaz. (LETRA E)

§2º. Não constitui quebra de sigilo profissional a declinação do tratamento empreendido, na cobrança judicial de honorários profissionais. (LETRA C)

19.(2018 – CESPE – PC-MA - Odontologia) Na sua relação com o cidadão a ser periciado, o odontolegista perito tem o dever de prestar-lhe todos os esclarecimentos considerados imprescindíveis sobre o desempenho de sua atividade profissional. Esse dever fundamenta-se nos princípios da

a) vigilância e da atualização.

b) responsabilidade e da ética.

c) autonomia e da responsabilidade.

d) transparência e da vulnerabilidade.

e) legitimidade e da liceidade.

Comentários: A **alternativa D** é o gabarito da questão. FRANÇA esclarece que: As regras de conduta, arguidas quando de uma avaliação da responsabilidade do perito, são relativas a alguns deveres, dentre eles: "a) Deveres de informação. Neste tipo de dever, estão todos os esclarecimentos que se considerem necessários e imprescindíveis para o correto desempenho quando da elaboração de uma perícia, principalmente se ela é mais complexa, de maior intimidade e de interesse discutível. O fundamento destes deveres de informação encontra-se justificado pela existência dos princípios da transparência e da vulnerabilidade do periciando e pelas razões que justificam a obtenção de um consentimento livre e esclarecido, qualquer que sejam os motivos que levem o indivíduo a submeter-se a essa perícia.

O dever de informar é imprescindível como requisito prévio para o consentimento e a legitimidade do ato pericial a ser utilizado. Isso atende ao princípio da autonomia ou princípio da liberdade, em que todo indivíduo tem por consagrado o direito de ser autor de sua vontade e de escolher o caminho que lhe convém. A obrigação de informar quando há riscos está na proporção na existência de um dano real e efetivo. Por isso, quanto mais complexa e arriscada for a conduta pericial, mais imperiosa se torna a advertência sobre seus riscos. Estas informações devem ser dadas pelo próprio perito ao examinado ou aos seus representantes legais.

Além do mais, exige-se que o consentimento seja esclarecido, entendendo-se como tal o obtido de um indivíduo capaz de considerar razoavelmente determinada conduta pericial, sem a necessidade de se chegar aos detalhes das complicações mais raras e mais graves e sempre de forma simples, aproximativa, honesta e inteligível (princípio da informação adequada).

O examinado tem também o direito de recusar um tipo ou forma de abordagem pericial, desde que isso lhe traga algum prejuízo, pois é princípio de direito que ninguém está obrigado a fazer provas contra si próprio. Entendemos que praticar qualquer ato pericial contra a vontade do examinado é uma afronta constitucional e um grave desrespeito aos mais elementares princípios de civilidade. Mesmo que a indicação de uma perícia seja uma decisão ligada a um interesse em favor da sociedade, em algumas situações o examinado pode se recusar a prestar informações ou colaborar com o exame. Se o examinado é menor de idade ou incapaz, o consentimento deve ser dado pelos seus representantes legais". (consentimento substituto). FRANÇA, Genival Veloso de. Medicina Legal, Editora Guanabara Koogan, 10ª edição, 2015, p. 72 e 73

As perícias se **materializam por meio dos laudos periciais**, mais a frente eu vou falar sobre documentos legais, são muito cobrados nos concursos - os laudos são constituídos de peça escrita, contendo a descrição minuciosa do que foi examinado, as respostas aos quesitos formulados, além de outras provas. É importante também saber, que quando existir divergências entre dois peritos a respeito da mesma matéria, a perícia é denominada contraditória; sendo assim, o magistrado pode aceitar o que julgar conveniente ou nomear um terceiro perito.

Assim, faz-se necessário estudarmos uma parte do Código de Processo Penal, o qual contemplou um conjunto de regras que regulamentam a produção de provas no âmbito do processo criminal. Dessa forma, estabeleceu normas gerais relacionadas aos requisitos a serem utilizados pelo magistrado na valoração dos

elementos de convicção carregados ao processo e ao ônus probante, bem como disciplinou determinados meios específicos de prova, ou seja, elementos trazidos ao processo capazes de orientar o juiz na busca da verdade dos fatos.

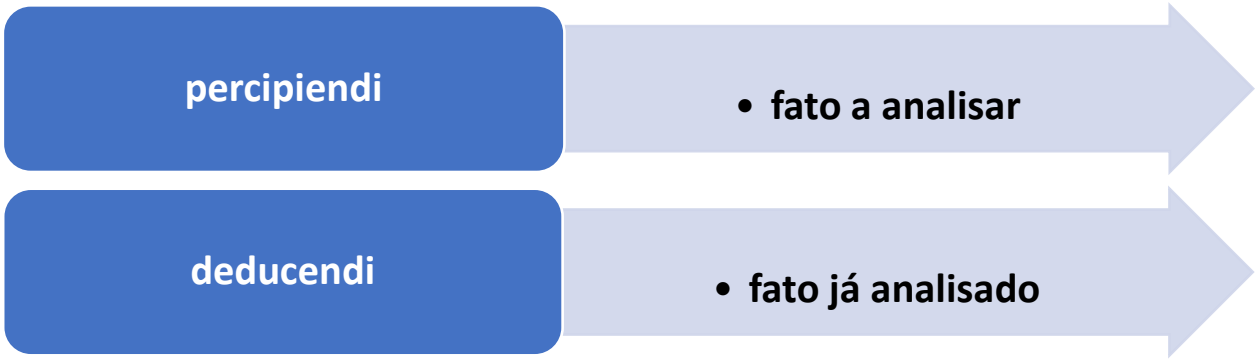
Muito importante nesse estudo é o conceito e finalidade da prova, e Guilherme de Souza Nucci destaca bem que "prova é o conjunto de elementos produzidos pelas partes ou determinados pelo juiz visando à formação do convencimento quanto a atos, fatos e circunstâncias, assim, o termo prova deriva do latim probatio, que significa ensaio, verificação, inspeção, exame, argumento, razão, aprovação ou confirmação."

No processo penal, a produção da prova objetiva auxiliar na formação do convencimento do juiz quanto à veracidade das afirmações das partes em juízo. Não se destina, portanto, às partes que a produzem ou requerem, mas ao magistrado, possibilitando, destarte, o julgamento de procedência ou improcedência da ação penal.

Outra informação importante, e que **as bancas gostam de cobrar**

A perícia, segundo seu modo de realizar-se, pode ser **sobre o fato a analisar (peritia percipiendi)** ou sobre uma perícia já realizada (pericia deducendi), o que para alguns constitui-se em um Parecer. Assim, a pericia percipiendi é aquela procedida sobre fatos cuja avaliação é feita baseada em alterações ou perturbações produzidas por doença ou, mais comumente, pelas diversas energias causadoras do dano. Ou seja, pericia percipiendi é aquela em que o perito é chamado para conferir técnica e cientificamente um fato **sob uma óptica quantitativa e qualitativa.** Já a **pericia deducendi,** a análise feita sobre fatos passados com relação aos quais possam existir **contestação ou discordância** das partes ou do julgador. Aqui o perito é chamado para avaliar ou considerar uma apreciação sobre **uma perícia já realizada**.





Na pericia deducendi quando realizada por uma discordância, alguns especialistas a chamam de **perícia contraditória**, que é a perícia da Justiça em que os dois peritos não chegam, no crime, a um ponto de vista comum. É a que, realizada por peritos da Justiça e das partes, não coincide com exatidão. É a concludência procedida por um terceiro perito para corrigir ou confirmar perícia anterior.



20.(FUMARC – PC-MG – Médico Legista) É correto o que se afirma, EXCETO em:

A) Pericia percipiendi é aquela em que o perito é chamado para conferir, técnica e cientificamente, um fato sob a ótica quantitativa e qualitativa.

B) A perícia, segundo seu modo de realizar-se, pode ser sobre o fato a analisar (pericia deducendi) ou sobre uma perícia já realizada (pericia percipiendi).

C) Pericia deducendi é a análise feita sobre fatos pretéritos com relação àqueles sobre os quais possa existir contestação ou discordância das partes ou do julgador.

D) Define-se perícia médico-legal como um conjunto de procedimentos médicos e técnicos que tem como finalidade o esclarecimento de um fato de interesse da justiça.

Comentários: A **alternativa B** é o gabarito da questão. a pericia percipiendi é aquela procedida sobre fatos cuja avaliação é feita baseada em alterações ou perturbações produzidas por doença ou, mais comumente, pelas diversas energias causadoras do dano. Já a pericia deducendi, a análise feita sobre fatos passados com relação aos quais possam existir contestação ou discordância das partes ou do julgador.

21.(2018 – CESPE – PC-MA - Médico Legista) Na perícia médico-legal, a perícia contraditória é definida como

a) procedimento que gera relatórios individualizados que não chegam a um ponto de vista comum.

b) exame pericial realizado por um só perito.

c) exame realizado sobre vestígios materiais.

d) conjunto de procedimentos médicos e técnicos que tem como finalidade o esclarecimento de um fato de interesse da justiça.

e) declaração tomada a termo em audiência de instrução e julgamento sobre fatos obscuros ou conflitantes.

Comentários: A **alternativa A** é o gabarito da questão. é aquela realizada por peritos da Justiça e das partes, não coincide com exatidão.

22.(2014 - IESES - IGP-SC - Auxiliar Pericial) O Laudo Pericial é um documento processual oficial que se caracteriza por ser peça retrospectiva, isto é, refere-se a fatos passados, sejam infrações penais ou irrelevantes penais, é de suma importância para Autoridade Policial, fundamental na elaboração do Inquérito. São tipos de laudo pericial existentes:

I. Laudo de levantamento de local.

II. Laudo de identificação de perímetro circunvizinho.

III. Laudo de verificação de eficácia de arma de fogo.

IV. Laudo de exame cadavérico.

A sequência correta é

a) Apenas a assertiva I está correta.

b) Apenas as assertivas II e IV estão corretas.

c) Apenas as assertivas I, II e IV estão corretas.

d) Apenas as assertivas I, III e IV estão corretas

Comentários: A **alternativa D** é o gabarito da questão. Entre as quatro assertivas apresentadas, apenas a III não condiz com um tipo de laudo pericial.

23.(2014 - IESES - IGP-SC - Auxiliar Pericial) No tocante ao exame de corpo de delito é INCORRETO afirmar:

a) Serão facultadas ao Ministério Público, ao assistente de acusação, ao ofendido, ao querelante e ao acusado a formulação de quesitos e indicação de assistente técnico.

b) Os peritos não oficiais prestarão o compromisso de bem e fielmente desempenhar o encargo.

c) Na falta de perito oficial, o exame será realizado por 3 (três) pessoas idôneas, portadoras de diploma de curso superior preferencialmente na área específica, dentre as que tiverem habilitação técnica relacionada com a natureza do exame.

d) O exame de corpo de delito e outras perícias serão realizados por perito oficial, portador de diploma de curso superior.

Comentários: A **alternativa C** é o gabarito da questão. No que se refere a provas que cobram conhecimento de Criminalística, é fundamental que o candidato conheça bem os artigos 158 a 184 do Código de Processo Penal, que são constantemente cobrados em certames. É o caso da questão acima. Para respondê-la, basta a leitura do artigo 159 do CPP. Vejamos o que diz.

Art. 159. O exame de corpo de delito e outras perícias serão realizados por perito oficial, portador de diploma de curso superior.

§ 1o Na falta de perito oficial, o exame será realizado por 2 (duas) pessoas idôneas, portadoras de diploma de curso superior preferencialmente na área específica, dentre as que tiverem habilitação técnica relacionada com a natureza do exame.

§ 2o Os peritos não oficiais prestarão o compromisso de bem e fielmente desempenhar o encargo.

§ 3o Serão facultadas ao Ministério Público, ao assistente de acusação, ao ofendido, ao querelante e ao acusado a formulação de quesitos e indicação de assistente técnico.

§ 4o O assistente técnico atuará a partir de sua admissão pelo juiz e após a conclusão dos exames e elaboração do laudo pelos peritos oficiais, sendo as partes intimadas desta decisão.

A alternativa "c", lê-se que "na falta de perito oficial, o exame será realizado por 3 (três) pessoas idôneas (...)", o que está errado. Segundo o § 1º do supracitado artigo, serão 2 (duas) pessoas.

24.(2017 – FUNDATEC – IGP-RS - Perito Criminal) Laudo é um documento definido pela NBR 13.752/1996 como uma "peça na qual o perito, profissional habilitado, relata o que observou e dá as suas conclusões ou avalia, fundamentalmente, o valor de coisas ou direitos". A apresentação de laudos deve obedecer às prescrições desta Norma, constando, obrigatoriamente, os itens abaixo, EXCETO:

a) Requisitos atendidos na perícia.

b) Diagnóstico da situação encontrada.

c) Memórias de cálculo, resultados de ensaios e outras informações relativas à sequência utilizada no trabalho pericial.

d) Nome, assinatura, número de registro no CREA e credenciais do perito de engenharia.

e) Indicação da pessoa física ou jurídica investigada.

Comentários: A **alternativa E** é o gabarito da questão. A norma utiliza a seguinte expressão: "indicação da pessoa física ou jurídica que tenha contratado o trabalho e do proprietário do bem objeto da perícia." Logo, não constará informações sobre Indicação da pessoa física ou jurídica investigada no Laudo.

1.2 - Exame de Corpo de Delito

Esse ponto é importante demais para sua prova! **As bancas exploram bem.**

O exame de corpo de delito compreende-se a perícia destinada à comprovação da materialidade das infrações que deixam vestígios (Ex: lesões corporais, furto qualificado pelo arrombamento, dano etc.). A própria nomenclatura utilizada – corpo de delito – sugere o objetivo dessa perícia. Assim, não se pode falar em exame de corpo de delito quando ausente um vestígio em consequência da prática delituosa.



25.(CESPE - 2010 - Inmetro - Área Forense) Assinale a opção correta acerca da prova material e dos vestígios.

A) Os trabalhos da polícia no local do crime recebem o nome de reprodução simulada dos fatos, que pode ser conceituada como a transposição para o inquérito do resultado dos exames técnicos realizados no local do delito, determinando a materialidade e apontando a autoria.

B) As provas técnicas, ou materiais, constituem o que se denomina corpo de delito, isto é, o conjunto de elementos sensíveis do fato criminoso.

C) Vestígios imateriais são aqueles passíveis de registro pelos sentidos humanos.

D) A prova material não tem existência real, não podendo ser tocada, olhada, medida, pesada.

E) A partir dos exames a que são submetidas as manchas de sangue, pode-se esclarecer se é realmente sangue; se a mancha é de sangue humano ou de animal; se humano, qual o grupo sanguíneo e qual o fator RH, mas não se pode determinar qual a identidade genotípica.

Comentários: A **alternativa B** é o gabarito da questão. Pessoal, as provas técnicas, ou materiais, constituem o que se denomina corpo de delito, esse pode aparecer tanto nos crimes contra a pessoa, bem como, nos crimes contra o patrimônio. O corpo de delito é o conjunto de elementos sensíveis do fato criminoso.

Podemos notar que o art. 158 **refere-se a exame de corpo de delito direto e indireto**. Assim, considera-se direto quando realizado pelo expert diante do vestígio deixado pela infração penal, por exemplo, a necropsia no cadáver. Por outro lado, o exame indireto é aquele realizado com base em informações verossímeis fornecidas aos peritos quando não dispuserem estes do vestígio deixado pelo delito. Imagine-se um delito de estupro, sendo submetida a vítima à perícia de conjunção carnal ocorrida um mês antes.

Não mais sendo constatado o vestígio em face do tempo decorrido, poderão os experts elaborar laudo indireto, a partir, por exemplo, de atestado do médico particular da vítima que a tenha examinado logo após a ocorrência. Nesse caso, o laudo indireto limitar-se-á a um juízo de compatibilidade, vale dizer, a afirmar que a realidade constatada é compatível com as referências constantes no documento que lhes foi apresentado.

É muito comum, na doutrina, a divergência no conceito entre o exame de corpo de delito indireto e a possibilidade de suprimento da perícia pela prova testemunhal em razão do desaparecimento do vestígio. É que, apesar da obrigatoriedade da perícia determinada pelo art. 158 quando se tratar de crime que deixa vestígios, o Código de Processo Penal - CPP, estabeleceu que, quando o vestígio houver desaparecido, a prova testemunhal poderá suprir-lhe a falta. Esta possibilidade de suprimento não se confunde com o chamado exame indireto.

No exame indireto há um laudo, firmado por peritos. Diferente é a situação de suprimento da perícia com base em testemunhas que vierem a prestar depoimento em juízo a respeito do vestígio do crime que tenham presenciado, caso em que se estará não diante de uma prova pericial indireta, mas sim de uma prova testemunhal.

Essa a reunião dos arts. 158 e 167, o primeiro classificando o exame de corpo de delito como direto ou indireto, e o segundo tratando da impossibilidade de realização do exame de corpo de delito, caso em que seria possível o suprimento pela prova testemunhal.

O art. 158 do CPP, como já mencionei, **determina que, quando a infração deixar vestígios, será indispensável o exame de corpo de delito, direto ou indireto**, não podendo supri-lo a confissão do acusado. Esta regra guarda correspondência com o art. 564, III, b, do CPP, dispondo que constitui nulidade a falta do exame de corpo de delito, salvo o disposto no art. 167 do mesmo Código. Este, por sua vez, refere a possibilidade de suprimento do exame de corpo de delito pela prova testemunhal quando o vestígio houver desaparecido.



26.(Perito Criminal - 2013) O homicídio:

A) é crime que deixa vestígios, mas a materialidade do delito pode ser provada por testemunhas, dispensando-se o exame de corpo de delito.

B) é crime que deixa vestígios e por isso é necessário o exame de corpo de delito para a prova da materialidade da infração penal.

C) é crime que não deixa vestígios, pois a materialidade do delito é o próprio corpo da vítima.

D) é crime que não deixa vestígios, pois com a morte da vítima não é possível o exame do corpo de delito.

Comentários: A **alternativa B** é o gabarito da questão. O homicídio é crime que deixa vestígios e, portanto, é necessária a realização do exame de corpo de delito para provar-se a materialidade do crime. Quando possível, a não realização do corpo de delito gera nulidade absoluta do processo. Caso não seja possível a realização do exame, poderá ser feito da forma indireta.

27.(2013 - FUMARC - PC-MG - Perito Criminal) Nos casos de crimes contra o patrimônio, com relação à avaliação prevista nas normas legais, é CORRETO afirmar:

a) Somente objetos em perfeitas condições de manutenção, uso e funcionamento serão avaliados diretamente.

b) Somente serão solicitadas ao Perito Criminal avaliações de objetos que permitam seu deslocamento à presença do expert, para que o trabalho se desenvolva a contento.

c) A avaliação indireta é solicitada quando o Perito possui apenas informações acerca do objeto em questão, fornecidas pela vítima, independentemente de constarem ou não dos autos.

d) Quando acionado para proceder a uma avaliação direta, o Perito estará se deparando com o objeto in natura, podendo contar com sua perspicácia, sua acuidade técnica e seus órgãos de sentido para desenvolver seu trabalho.

Comentários: A **alternativa D** é o gabarito da questão. Para responder a questão, o aluno tem que terá que saber o que são os exames de corpo de delito direito e indireto. No primeiro, o perito examina diretamente o objeto/local/vítima relacionado a crime; já no segundo, o perito se baseia em prontuários, documentos ou itens afins que possam indicar a ocorrência de um fato criminoso. Diante desse conhecimento, percebe-se que a letra "d" é a que possui informação correta.

28.(2014 - IESES - IGP-SC - Auxiliar Pericial) É o conjunto de vestígios deixados pelo criminoso; em essência, o próprio fato criminal, sobre cuja análise é realizada a perícia criminal, a fim de determinar fatores como autoria, temporalidade, extensão de danos. A afirmação acima se refere a:

a) Prova testemunhal.

b) Laudo pericial.

c) Parecer Técnico.

d) Corpo de delito.

Comentários: A **alternativa D** é o gabarito da questão.

Vou destacar a parte legal sobre a cadeia de custódia que vem no Código de Processo Penal. O chamado pacote anticrimes, trouxe várias novidades para área de perícia criminal. Entre elas, o conceito legal de cadeia de custódia, o conceito de vestígios e os procedimentos adequados.

NOVIDADES

"Art. 158-A. Considera-se cadeia de custódia o conjunto de todos os procedimentos utilizados para manter e documentar a história cronológica do vestígio coletado em locais ou em vítimas de crimes, para rastrear sua posse e manuseio a partir de seu reconhecimento até o descarte.

§ 1º O ***início da cadeia de custódia dá-se com a preservação do local de crime ou com procedimentos policiais ou periciais nos quais seja detectada a existência de vestígio****.*

§ 2º O agente público que reconhecer um elemento como de potencial interesse para a produção da prova pericial fica responsável por sua preservação.

§ 3º ***Vestígio*** *é todo objeto ou material bruto, visível ou latente, constatado ou recolhido, que se relaciona à infração penal.'*

Além disso, destacou as etapas da cadeia de custódia com os conceitos de cada etapa.

NOVIDADES

"Art. 158-B. A cadeia de custódia compreende o rastreamento do vestígio nas seguintes etapas:

I – reconhecimento: *ato de distinguir um elemento como de potencial interesse para a produção da prova pericial;*

II – isolamento: *ato de evitar que se altere o estado das coisas, devendo isolar e preservar o ambiente imediato, mediato e relacionado aos vestígios e local de crime;*

III – fixação: *descrição detalhada do vestígio conforme se encontra no local de crime ou no corpo de delito, e a sua posição na área de exames, podendo ser ilustrada por fotografias, filmagens ou croqui, sendo indispensável a sua descrição no laudo pericial produzido pelo perito responsável pelo atendimento;*

IV – coleta: *ato de recolher o vestígio que será submetido à análise pericial, respeitando suas características e natureza;*

V – acondicionamento: *procedimento por meio do qual cada vestígio coletado é embalado de forma individualizada, de acordo com suas características físicas, químicas e biológicas, para posterior análise, com anotação da data, hora e nome de quem realizou a coleta e o acondicionamento;*

VI – transporte: *ato de transferir o vestígio de um local para o outro, utilizando as condições adequadas (embalagens, veículos, temperatura, entre outras), de modo a garantir a manutenção de suas características originais, bem como o controle de sua posse;*

VII – recebimento: *ato formal de transferência da posse do vestígio, que deve ser documentado com, no mínimo, informações referentes ao número de procedimento e unidade de polícia judiciária relacionada, local de origem, nome de quem transportou o vestígio, código de rastreamento, natureza do exame, tipo do vestígio, protocolo, assinatura e identificação de quem o recebeu;*

VIII – processamento: *exame pericial em si, manipulação do vestígio de acordo com a metodologia adequada às suas características biológicas, físicas e químicas, a fim de se obter o resultado desejado, que deverá ser formalizado em laudo produzido por perito;*

IX – armazenamento: *procedimento referente à guarda, em condições adequadas, do material a ser processado, guardado para realização de contraperícia, descartado ou transportado, com vinculação ao número do laudo correspondente;*

X – descarte: *procedimento referente à liberação do vestígio, respeitando a legislação vigente e, quando pertinente, mediante autorização judicial."*

Outro ponto importante, foi o tratamento legal dos vestígios coletados e o controle deles.

NOVIDADES

"Art. 158-C. ***A coleta dos vestígios*** *deverá ser realizada preferencialmente por perito oficial, que dará o encaminhamento necessário para a central de custódia, mesmo quando for necessária a realização de exames complementares.*

§ 1º ***Todos vestígios coletados*** *no decurso do inquérito ou processo devem ser tratados como descrito nesta Lei, ficando órgão central de perícia oficial de natureza criminal responsável por detalhar a forma do seu cumprimento.*

§ 2º É proibida a entrada em locais isolados bem como a remoção de quaisquer vestígios de locais de crime antes da liberação por parte do perito responsável, sendo tipificada como fraude processual a sua realização.

Art. 158-D. O ***recipiente para acondicionamento do vestígio*** *será determinado pela natureza do material.*

§ 1º Todos os recipientes deverão ser selados com lacres, com numeração individualizada, de forma a garantir a inviolabilidade e a idoneidade do vestígio durante o transporte.

§ 2º O recipiente deverá individualizar o vestígio, preservar suas características, impedir contaminação e vazamento, ter grau de resistência adequado e espaço para registro de informações sobre seu conteúdo.

§ 3º O recipiente só poderá ser aberto pelo perito que vai proceder à análise e, motivadamente, por pessoa autorizada.

§ 4º Após cada rompimento de lacre, deve se fazer constar na ficha de acompanhamento de vestígio o nome e a matrícula do responsável, a data, o local, a finalidade, bem como as informações referentes ao novo lacre utilizado.

§ 5º O lacre rompido deverá ser acondicionado no interior do novo recipiente.

Art. 158-E. Todos os Institutos de Criminalística deverão ter uma central de custódia destinada à guarda e ***controle dos vestígios****, e sua gestão deve ser vinculada diretamente ao órgão central de perícia oficial de natureza criminal.*

§ 1º Toda central de custódia deve possuir os serviços de protocolo, com local para conferência, recepção, devolução de materiais e documentos, possibilitando a seleção, a classificação e a distribuição de materiais, devendo ser um espaço seguro e apresentar condições ambientais que não interfiram nas características do vestígio.

§ 2º Na central de custódia, a entrada e a saída de vestígio deverão ser protocoladas, consignando-se informações sobre a ocorrência no inquérito que a eles se relacionam.

§ 3º Todas as pessoas que tiverem acesso ao vestígio armazenado deverão ser identificadas e deverão ser registradas a data e a hora do acesso.

§ 4º Por ocasião da tramitação do vestígio armazenado, todas as ações deverão ser registradas, consignando-se a identificação do responsável pela tramitação, a destinação, a data e horário da ação.'

Art. 158-F. Após a realização da perícia, o material deverá ser devolvido à central de custódia, devendo nela permanecer.

Parágrafo único. Caso a central de custódia não possua espaço ou condições de armazenar determinado material, deverá a autoridade policial ou judiciária determinar as condições de depósito do referido material em local diverso, mediante requerimento do diretor do órgão central de perícia oficial de natureza criminal."

NOVIDADES

Uma informação importante é a questão **de prioridade para exame de corpo de delito** mencionada no parágrafo único do art. 158 do CPP. A norma menciona que quando se tratar de crime que envolva: violência doméstica e familiar contra mulher; ou violência contra criança, adolescente, idoso ou pessoa com deficiência haverá prioridades para essas pessoas.

Uma informação importante é a questão **de prioridade para exame de corpo de delito**. A norma menciona que quando se tratar de crime que envolva: violência doméstica e familiar contra mulher; ou violência contra criança, adolescente, idoso ou pessoa com deficiência haverá prioridades para essas pessoas.

O art. 159, caput, menciona que o exame de corpo de delito deverá ser realizado por perito oficial portador de curso superior. Assim, perito oficial, o qual tem autonomia, é aquele que pertence aos quadros do Estado, aquele concursado.

Ao empregar a palavra "perito" no singular, o CPP aboliu a exigência de dois peritos para a realização do exame. Basta somente um perito. O CPP prevê que, **na falta de perito oficial, poderá a perícia ser realizada por dois peritos não oficiais (peritos leigos)**, como tal consideradas as pessoas idôneas, portadoras de curso superior preferencialmente na área que constitui o objeto da perícia, que possuam habilitação técnica relacionada à natureza do exame e que, nomeadas pelo Delegado de Polícia ou pelo juiz, prestem o compromisso de bem e fielmente desempenharem a função para a qual encarregados.

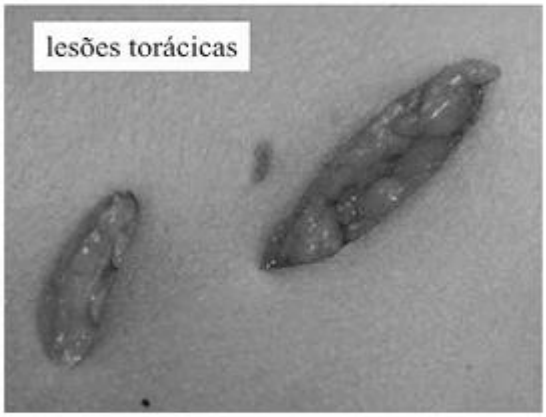


exame de corpo de delito direto	• feito sobre vestígios da infração existentes
exame de corpo de delito indireto	• prova testemunhal- feito no desaparecimento dos vestígios ou não quando não existentes



29. Em determinada cidade interiorana, por volta das dezesseis horas de um dia ensolarado, o corpo de uma mulher jovem foi encontrado por populares, em área descoberta de um terreno baldio. O delegado de plantão foi comunicado do fato e, ao dirigir-se ao local, a autoridade policial verificou que o corpo se encontrava em decúbito dorsal e despido. A perícia de local, tendo realizado exame perinecroscópico, verificou que o corpo apresentava temperatura de 27 ºC, além de rigidez completa de tronco e membros. Constataram-se escoriações na face, fraturas dos elementos dentários anteriores, manchas

roxas na região cervical anterior e duas lesões profundas na região torácica anterior, abaixo da mama esquerda, medindo a maior delas 4 cm × 1 cm. Havia tênue mancha de tonalidade avermelhada na face posterior do corpo, que só não se evidenciava nas partes que estavam em contato com o solo. Nas adjacências das lesões torácicas e no solo próximo ao corpo, havia pequena quantidade de sangue coagulado. No mesmo terreno onde estava o corpo, foi encontrada uma faca de gume liso único. A lâmina, que estava suja de sangue, tinha formato triangular e média 20 cm de comprimento e 4 cm de largura em sua base. Exames laboratoriais realizados posteriormente atestaram que o sangue presente na faca pertencia à vítima. Após a lavagem do corpo, foi possível detectar lesões torácicas, de acordo com as imagens mostradas na figura a seguir.



Internet: <www.malthus.com.br>.

(2018 – CESPE – PC-MA - Delegado de Polícia) Considerando a situação hipotética apresentada no texto 1A9AAA e a figura que a ele se segue, assinale a opção correta.

a) Se não houvesse um perito médico-legista oficial na localidade, mas houvesse um médico e um dentista lotados no posto de saúde local, o delegado de polícia poderia nomeá-los para que eles realizassem o exame de corpo de delito.

b) O exame de corpo de delito deverá ser iniciado somente no período diurno.

c) Será necessário aguardar ao menos seis horas após a localização do cadáver para se proceder à autópsia.

d) O exame interno do cadáver poderá ser dispensado, uma vez que as lesões externas são suficientes para se estabelecer com precisão a causa da morte.

e) Após realizar o exame cadavérico, o perito médico-legista deverá redigir o parecer médico-legal, no qual deverá descrever minuciosamente o que observou e responder aos quesitos formulados.

Comentários: A **alternativa A** é o gabarito da questão. o CPP prevê que, na falta de perito oficial, poderá a perícia ser realizada por dois peritos não oficiais (peritos leigos), como tal consideradas as pessoas idôneas, portadoras de curso superior preferencialmente na área que constitui o objeto da perícia, que possuam habilitação técnica relacionada à natureza do exame e que, nomeadas pelo Delegado de Polícia ou pelo juiz, prestem o compromisso de bem e fielmente desempenharem a função para a qual encarregados.

30. (2016 – FUNCAB – PC-PA - Papiloscopista) No que diz respeito às perícias e aos peritos é correto afirmar que:

a) armas de fogo com numeração suprimida, raspada ou adulterada são isentas de perícia.

b) os peritos estão isentos de responsabilidade civil decorrente de dolo ou culpa.

c) os peritos podem ser responsabilizados criminalmente por atos no exercício da função.

d) o Delegado de Polícia não pode requisitar uma perícia médico-legal.

e) não pode ser realizada perícia em objetos falsificados.

Comentários: A **alternativa C** é o gabarito da questão. os peritos estão sujeitos a responsabilização civil e administrativa, quando por dolo ou culpa, cometerem um ato ilícito que ocasione danos a terceiros, e, também, sujeitos a responsabilização penal em virtude dos seus atos praticados, nos termos do Código Penal Brasileiro.



Hoje as perícias de natureza criminal estão reguladas pela Lei no 12.030, de 17 de setembro de 2009, estabelecendo como normas gerais que "no exercício da atividade de perícia oficial de natureza criminal, **é assegurada autonomia técnica, científica e funcional**, exigido concurso público, com formação acadêmica específica, para o provimento do cargo de perito oficial". Mais: "Em razão do exercício das atividades de perícia oficial de natureza criminal, os peritos de natureza criminal estão sujeitos a regime especial de trabalho, observada a legislação específica de cada ente a que se encontrem vinculados." E finalmente que "observado o disposto na legislação específica de cada ente a que o perito se encontra vinculado, **são peritos de natureza criminal os peritos criminais, peritos médico-legistas e peritos odontolegistas** com formação superior específica detalhada em regulamento, de acordo com a necessidade de cada órgão e por área de atuação profissional".

Os peritos atuam na fase de **inquérito policial ou processo judicial**, sendo considerados auxiliares da Justiça. Eles podem ser responsabilizados criminalmente por atos praticados quando em atividades periciais.

Cabe lembrar que os peritos podem ser solicitados para atuarem na fase pré-processual, ou seja inquérito policial, e na fase processual.



31.(2018 – NUCEPE – PC-PI - Perito Médico Legista) Sobre a atuação do Perito médico-legista na fase de inquérito policial e processual, assinale a Alternativa CORRETA.

a) Tão logo o Perito médico-legista tome conhecimento de um exame de corpo de delito a ser realizado, deve fazê-lo e oficiar, a seguir, a autoridade policial para que faça as devidas requisições e quesitos.

b) No exercício da atividade pericial médico-legal da Perícia Oficial de natureza criminal, o Perito médico-legista está subordinado diretamente à autoridade policial que preside o inquérito policial.

c) O Perito médico-legista goza de autonomia técnica, científica e funcional no seu mister pericial.

d) No exercício da atividade pericial médico-legal, em fase pré-processual, o perito só poderá atender a requisições que tenham como origem as autoridades policiais.

e) O Perito médico-legista pode ter laudo modificado por diretor da mesma área, em caso de discordância daquele, devido ao vínculo de subordinação administrativa.

Comentários: A **alternativa C** é o gabarito da questão. a norma menciona que o exame de corpo de delito deverá ser realizado por perito oficial portador de curso superior. Assim, perito oficial, o qual tem autonomia, é aquele que pertence aos quadros do Estado, aquele concursado.

32. (2015 – FUNIVERSA – SEGPLAN-GO - Perito Criminal) Processos são um conjunto de providências que devem ser tomadas para se verificar e sanar uma lesão de direito. No curso dos processos, os fatos devem ser esclarecidos sem quaisquer dúvidas, de modo que os juízes possam proferir sentenças justas. Os fatos alegados em um processo precisam ser demonstrados, e essa demonstração depende de sua natureza. Quando tais fatos não deixam vestígios materiais e se desvanecem no mesmo instante em que ocorrem, ou logo após, a sua comprovação em juízo só pode ser feita pela prova testemunhal. E o relato pode, por diversas razões, não corresponder fielmente à realidade. Mas, se resultam vestígios duradouros dos fatos ocorridos, com a possibilidade de serem detectados pelos nossos sentidos, o seu exame e registro devem ser feitos obrigatoriamente. E por pessoas tecnicamente capacitadas para fazê-lo.

Hygino de C. Hercules. Perícia e Peritos. Documentos

Médico-Legais. Medicina Legal – Texto e Atlas.

São Paulo: Editora Atheneu, 2005, p. 13.

Com relação aos conceitos de perícia e de perito, bem como à normatização estabelecida no CPP, assinale a alternativa correta.

a) Quando uma infração deixa vestígios, é necessário o exame de corpo de delito, ou seja, a comprovação dos vestígios materiais por ela deixados torna-se indispensável; a prova testemunhal não pode ser considerada uma alternativa aos vestígios não periciados ou àqueles que se perderam com o decorrer do tempo.

b) Perito é um auxiliar da justiça, devidamente compromissado, estranho às partes, portador de conhecimento técnico altamente especializado e sem impedimentos para atuar no processo.

c) A confissão do acusado pode suprir o exame de corpo de delito nos crimes que deixam vestígios.

d) Chama-se de corpo de delito direto o realizado pelos peritos sobre os vestígios de infração existentes, e de corpo de delito indireto quando, não existindo esses vestígios materiais, a prova é suprida pela confissão do acusado.

e) O exame de corpo de delito pode ser solicitado diretamente ao órgão responsável pela perícia pelo advogado procurador da parte interessada.

Comentários: A **alternativa B** é o gabarito da questão. A prova testemunhal pode ser considerada sim como uma alternativa aos vestígios. Outra coisa, a confissão do acusado não pode suprir o exame de corpo de delito nos crimes que deixam vestígios.

33.(2017 – FCC – POLITEC-AP - Perito Médico Legista) A perícia médico-legal tem como finalidade o esclarecimento de um fato de interesse da Justiça. Em relação à perícia médica de natureza criminal,

a) os exames não complexos de lesão corporal devem ser realizados por três peritos concursados a fim de constituir junta médica.

b) o Perito Médico Legista pode decretar o sigilo de seu laudo médico-legal nas ações penais.

c) o assistente técnico indicado pelas partes deve ser notificado pelo Delegado de Polícia quando for solicitada perícia médico-legal.

d) o Perito Médico Legista pode ser solicitado a atuar na fase pré-processual e na fase processual.

e) na falta de Perito Médico-Legista na região, a perícia deve ser realizada pelo assistente técnico da vítima.

Comentários: A **alternativa D** é o gabarito da questão. os peritos podem atuar no inquérito policial ou no processo judicial.

34.(2018 – CESPE – PC-MA - Odontologia) Perito odontolegal é o profissional técnico que detém conhecimento e aptidão na área odontológica para analisar e interpretar fatos com o objetivo de

a) interferir na decisão judicial.

b) identificar criminosos.

c) convencer o julgador.

d) fornecer esclarecimentos à justiça.

e) refutar provas materiais.

Comentários: A **alternativa D** é o gabarito da questão. A atuação do Perito Odontolegista, aplicando seu conhecimento técnico a um caso concreto, tem o objetivo de fornecer esclarecimentos àquilo que a Justiça não compreende. Seu intuito não se faz no convencimento do juiz, mas na produção da sua convicção para um julgar justo.

Pode existir divergências entre os peritos? Aqui, as bancas gostam de mencionar que não pode existir divergências, mas pode! É o caso, por exemplo, da perícia efetuada por peritos não oficiais, exigindo o art.

159, § 1.º, do CPP o mínimo de dois profissionais na sua efetivação. Nesse caso não tem que concordar um com o outro. **Podemos encontrar perícias divergentes**. O juiz ao analisar poderá concordar com um ou com outro, ou nomear um terceiro.

Fica notório, ao ler a norma, que podem determinar a realização de perícias, o Promotor de Justiça e o Juiz. Entretanto, na grande maioria das ocorrências, onde o Delegado de Polícia primeiro toma conhecimento e por ser o presidente do inquérito, é quem mais exerce essa prerrogativa. Destaca-se, ainda, que também as partes, especialmente por intermédio dos advogados que lhe representam, poderão requerer exames periciais, na fase processual, diretamente ao juiz. No entanto, não poderá requerer na fase inquisitorial a revisão ou complementação de exames periciais, uma vez que essa prerrogativa é exclusiva do magistrado. Esta prerrogativa caracteriza-se pela ausência de dispositivo contrário a esse procedimento e, em especial, pelo que orienta o Art. 184 ("salvo o caso de exame de corpo de delito, o juiz ou a autoridade policial negará a perícia requerida pelas partes, quando não for necessária ao esclarecimento da verdade").

No art. 159, § 3.º, do CPP contém regramento específico, alertando que serão facultadas ao Ministério Público, ao assistente de acusação, ao ofendido, ao querelante e ao acusado a formulação de quesitos e **a indicação de assistentes**. Assim, a ausência de notificação destes sujeitos processuais poderá acarretar nulidade processual.

A norma deixa bem evidente, também, que quando se tratar de uma perícia complexa que abranja mais de uma área de conhecimento especializado, **poder-se-á designar a atuação de mais de um perito oficial**, e a parte indicar **mais de um assistente técnico.**



35.(2018 – FUMARC – PC-MG - Delegado de Polícia) No que tange à perícia oficial e em acordo com o CPP, é CORRETO afirmar:

a) É facultada ao acusado a indicação de assistente técnico, após admissão pela autoridade policial.

b) Entende-se por perícia complexa aquela que abrange mais de uma área de conhecimento especializado.

c) Faculta-se ao Ministério Público e ao assistente técnico do querelante a formulação de quesitos a qualquer tempo do inquérito policial.

d) Na falta de perito oficial, qualquer contribuinte poderá exercer o mister, desde que não inadimplente com impostos públicos, e que seja admitido pelo delegado de polícia presidente do inquérito.

Comentários: A **alternativa B** é o gabarito da questão. poderá ser designado, neste caso, mais de um perito oficial para atuar.

1.3 - Prazo para elaboração do exame e do laudo pericial

Muitas perícias requerem exames complementares, que são necessárias para a análise e conclusão do laudo pericial, demandando assim dilação do prazo previsto. Observe-se que, de acordo com o constante no art. 160, parágrafo único, o laudo pericial deve ser concluído **no prazo de dez dias.**



36. (2017 – FUNDATEC – IGP-RS - Perito Médico Legista) O Laudo Pericial deverá ser entregue em um prazo de:

a) 30 dias, impreterivelmente.

b) 10 dias, prorrogável por mais 10 por requerimento do Delegado.

c) 10 dias, prorrogável por requerimento do Juiz.

d) 30 dias, prorrogável por requerimento do Perito.

e) 10 dias, prorrogável por requerimento do Perito.

Comentários: A **alternativa E** é o gabarito da questão. pode este prazo ser prorrogado, em casos excepcionais, a requerimento dos peritos.

37.(2017 – IBFC – POLÍCIA CIENTÍFICA-PR – Odontólogo) O principal documento emitido pelo odontolegista é o laudo. A respeito desse assunto, analise as afirmativas.

I. O histórico é a parte do laudo que se refere ao local, à data e à hora da perícia, à autoridade requisitante, aos peritos designados, à indicação da pessoa a ser periciada, ao exame a ser realizado e aos quesitos a serem respondidos.

II. Descrição é a parte que contém, com todos os detalhes, os achados objetivos e subjetivos dos exames realizados.

III. Discussão é a parte da ilação tirada com a análise dos dados descritos e discutidos, a posição final procurada pelo requerente da perícia.

Assinale a alternativa correta

a) Todas as afirmativas estão corretas

b) Estão corretas apenas as afirmativas I e III

c) Estão corretas apenas as afirmativas II e III

d) Está correta apenas a afirmativa II

e) Está correta apenas a afirmativa III

Comentários: A **alternativa D** é o gabarito da questão. O laudo pericial, seja ele emitido por um Perito Odontolegista, um Perito Médico-legista ou um Perito Criminal, é constituído das seguintes partes:

Preâmbulo: é a parte onde os peritos declaram suas identificações, títulos, residência, qualificam a autoridade que requereu o exame e a autoridade que o autorizou, além do objeto/pessoa examinado(a), hora e data em que a perícia é realizada e a sua finalidade;

Quesitos: São as perguntas formuladas pela autoridade judiciária ou policial, pela promotoria ou pelos advogados das partes;

Histórico: consiste no registro dos fatos mais significativos que motivam o pedido de perícia ou que possam esclarecer e orientar a ação do perito;

Descrição: constitui a parte essencial, mais importantes do relatório. É a descrição minuciosa, clara, metódica e singular de todos os fatos apurados diretamente pelo perito;

Discussão: é a análise cuidadosa dos fatos fornecidos pelo exame e registrados na Descrição, compará-los com os informes disponíveis relatados no Histórico, encaminhando naturalmente o raciocínio do leitor para o entendimento da Conclusão. São discutidas variadas hipóteses.

Conclusão: é o sumário de todos os elementos objetivos observados e discutidos pelo perito, constituindo a dedução sintética natural da discussão elaborada;

Resposta aos quesitos: responde-se os Quesitos que foram elencados em tópico anterior. As respostas "devem ser precisas e concisas" (PEREIRA, 2001);

Referências bibliográfica: o trabalho pericial deriva de conceitos e achados científicos, por isso devem ser transcritas, pelo perito, as referências literárias dos seus apontamentos.

Dentro de Perícia e Peritos é um assunto **bem batido nos concursos públicos**!

A regra estabelecida pelo Código de Processo Penal é a de que o exame de corpo de delito possa ser feito **em qualquer dia e hora**, sem restrições quanto aos feriados e períodos noturnos (art. 161). Uma primeira exceção, contudo, existe em relação ao exame interno do cadáver (necropsia ou autópsia), **o qual deverá ser feito no mínimo seis horas após a morte**, segundo dispõe o art. 162 do CPP. Como o risco de morte aparente, na atualidade, é improvável em face do avanço tecnológico, na prática esse tempo não tem sido observado, mesmo porque o próprio dispositivo citado ressalva a possibilidade de efetivação do exame antes do interregno lá previsto quando induvidosa a morte do indivíduo.



o exame de corpo de delito possa ser feito **em qualquer dia e hora**, sem restrições quanto aos feriados e períodos noturnos

existe em relação ao exame interno do cadáver (necropsia ou autópsia), **o qual deverá ser feito no mínimo seis horas após a morte**



38.(2016 – CESPE – POLÍCIA CIENTÍFICA-PE - Perito Papiloscopista) Acerca da perícia médico-legal, assinale a opção correta.

a) O material sobressalente analisado na perícia inicial de laboratório deverá ser descartado após a conclusão desta.

b) O exame de corpo de delito poderá ser feito em qualquer dia e a qualquer hora.

c) O exame de corpo de delito é privativo do perito oficial.

d) Preferencialmente, a autópsia deverá ser feita imediatamente após o óbito.

e) Obrigatoriamente, a autópsia tem de incluir os exames externo e interno do cadáver.

Comentários: A **alternativa B** é o gabarito da questão. é importante destacar que parte do material analisado, em uma perícia de laboratório, deve ser guardado para uma possível contra prova.

O tempo **de seis horas,** baseia-se no fato que se evite que o exame seja realizado com a vítima viva. Consoante dispõe o artigo 162, parágrafo único, nem sempre será necessário o exame interno. Basta o exame externo do cadáver nos casos de morte violenta em que não houver infração penal para apurar como

é o caso de morte acidental. Considera-se ainda desnecessária quando as lesões externas permitirem precisar a causa da morte e não houver exame interno para averiguar alguma circunstância relevante.



39.(2015 – FUNIVERSA – SPTC-GO - Médico Legista) Considerando os conceitos de perícia e de perito, bem como a normatização estabelecida no CPP, assinale a alternativa correta.

a) A detecção de vestígios do crime nas coisas não é exame de corpo de delito.

b) O exame de corpo de delito só poderá ser feito por via direta.

c) A autópsia será feita pelo menos 6 horas depois do óbito, salvo se os peritos, pela evidência dos sinais de morte, julgarem que possa ser feita antes daquele prazo, o que declararão no auto.

d) O exame de corpo de delito, em questões médico-legais, só poderá ser feito nas dependências dos Institutos de Medicina Legal ou dos hospitais públicos durante o correr do dia solar.

e) Exame de corpo de delito é a procura de vestígios do crime no corpo humano.

Comentários: A **alternativa C** é o gabarito da questão. exame de corpo de delito não é somente em pessoas, mas, também, em objetos que se encontrem nos locais de crimes.

40.(2017 – FCC – POLITEC-AP - Perito Médico Legista) A necropsia forense pode fornecer diversos elementos de interesse à justiça. Em relação aos exames necroscópicos realizados no Instituto Médico Legal,

a) nos casos de morte violenta, quando não houver infração penal a apurar, o exame interno do cadáver não é obrigatório.

b) o exame necroscópico deve ser realizado pelo menos oito horas depois do óbito, aguardando a rigidez completa e fixação da mancha de hipóstase.

c) a necropsia de cadáveres fragmentados deve se limitar à identificação dos fragmentos, visto que o esquartejamento e o espostejamento impedem outros tipos de análises. (...)

Comentários: A **alternativa A** é o gabarito da questão. nos casos de morte violenta, bastará o simples exame externo do cadáver, quando não houver infração penal que apurar, ou quando as lesões externas permitirem precisar a causa da morte e não houver necessidade de exame interno para a verificação de alguma circunstância relevante.

41.(2018 – CESPE – Polícia Federal - Perito Criminal) Julgue o próximo item de acordo com os preceitos éticos e legais a serem seguidos pelo perito na área da medicina.

Segundo o Código de Processo Penal, o exame cadavérico, em casos de morte violenta, é obrigatório e deverá ser realizado preferencialmente por perito oficial, sendo obrigatória, nesses casos, a inspeção tanto externa quanto interna do corpo, o que será detalhado e, se possível, ilustrado, no respectivo laudo pericial.

Comentários: A assertiva está **ERRADA**. vimos que nos casos de morte violenta, bastará o simples exame externo do cadáver.

42.(2018 – VUNESP – PC-BA - Delegado de Polícia) Jovem do sexo masculino é encontrado morto no seu quarto, aparentemente um caso de suicídio por enforcamento. Logo ao chegar no local de morte, a equipe pericial encontra a vítima na cama, com o objeto usado como elemento constritor removido.

Nessa situação, o perito criminal deve

a) avaliar detalhadamente o local, buscar pistas de envolvimento de terceiros, não realizar o exame pericial do cadáver e registrar a alteração notada no laudo final.

b) fazer o boletim de ocorrência com a alteração notada, isolar e preservar o local de morte, e solicitar o envio de equipe pericial do instituto médico-legal para realização de perícia conjunta.

c) informar à autoridade policial sobre a alteração do local de morte, emitir o laudo de impedimento e determinar a remoção imediata do cadáver para o instituto médico-legal.

d) realizar o exame externo do cadáver, de tudo que é encontrado em torno dele ou que possa ter relação com o fato em questão, e registrar no laudo a alteração notada no local de morte.

e) realizar o registro fotográfico do local, investigar as circunstâncias da morte, não realizar o exame pericial do cadáver, coletar o provável instrumento utilizado e descrever no laudo a alteração do local de morte.

Comentários: A **alternativa D** é o gabarito da questão. trata-se de morte violenta, imprescindível o exame externo do cadáver.

43.(2015 - FUNCAB - PC-AC - Perito Criminal - Análise de Sistemas) Acerca dos tipos de morte, assinale a assertiva correta.

a) A morte súbita é aquela imprevista, que sobrevém instantaneamente e sem causa manifesta, atingindo pessoas em aparente estado de boa saúde.

b) A morte súbita é aquela imprevista, que sobrevém instantaneamente e sem causa manifesta, atingindo pessoas com estado de saúde delicado.

c) A morte violenta é aquela que tem como causa determinante a ação abrupta e intensa, física ou química, sobre o organismo, de causa interna.

d) A causa médica da morte se divide em natural ou violenta

e) A morte natural é a que resulta da alteração orgânica ou perturbação funcional provocada por agentes naturais, de causa externa.

Comentários: A **alternativa A** é o gabarito da questão. Para responder a questão, é necessário saber o conceito de cada tipo de morte. Vamos lá:

- Morte súbita: é aquela que tem como causa determinante a ação abrupta e intensa, física ou química, sobre o organismo, de causa externa;

- Morte violenta: ´r aquela que resulta de ação externa de cunho violento;

- Morte natural: é a que resulta da alteração orgânica ou perturbação funcional provocada por agentes naturais, de causa interna.

Seguindo, o art. 164 **menciona que os cadáveres serão sempre fotografados na posição em que forem encontrados**, bem como, na medida do possível, todas as lesões externas e vestígios deixados no local do crime. Mas a doutrina menciona que uma vez que tenha a identificação do cadáver, passa ser facultativo o registro de sinais característicos.



44. (2017 – FUNDATEC – IGP-RS - Perito Médico Legista) O Artigo 164 do Código de Processo Penal versa sobre as fotografias obrigatórias para locais de crimes com cadáveres. Sobre esse assunto, assinale a alternativa INCORRETA.

a) Os cadáveres serão sempre fotografados na posição em que forem encontrados.

b) Na medida do possível, todas as lesões externas observadas durante o exame perinecroscópico do cadáver deverão ser fotografadas.

c) A fotografia é um importante recurso visual que em muito auxilia o Perito Criminal em seu trabalho e aos demais usuários do Laudo.

d) O registro fotográfico de todas as tatuagens e cicatrizes é obrigatório, mesmo em vítimas identificadas.

e) Devem ser fotografados, na medida do possível, todos os vestígios deixados no local do crime.

Comentários: A **alternativa D** é o gabarito da questão. o problema da letra D é "obrigatório", pois se há a identificação, passa a ser facultativo.

45.(2014 - IESES - IGP-SC - Auxiliar Pericial) De acordo com a legislação brasileira vigente, que disciplina a matéria a respeito de laudo pericial, é correto afirmar:

I. O laudo pericial será elaborado no prazo máximo de 30 dias, podendo este prazo ser prorrogado, em casos excepcionais, a requerimento dos peritos.

II. Para representar as lesões encontradas no cadáver, os peritos, quando possível, juntarão ao laudo do exame provas fotográficas, esquemas ou desenhos, devidamente rubricados.

III. Os peritos elaborarão o laudo pericial, onde descreverão minuciosamente o que examinarem, e responderão aos quesitos formulados.

IV. Nos casos de morte violenta, bastará o simples exame externo do cadáver, quando não houver infração penal que apurar, ou quando as lesões externas permitirem precisar a causa da morte e não houver necessidade de exame interno para a verificação de alguma circunstância relevante.

A sequência correta é:

a) Apenas as assertivas II e IV estão corretas.

b) Apenas a assertiva III está correta.

c) Apenas as assertivas II, III e IV estão corretas.

d) As assertivas I, II, III e IV estão corretas.

Comentários: A **alternativa C** é o gabarito da questão. Mais uma questão em que são abordados os artigos do CPP que tratam da Perícia, por isso a importância de o aluno exaurir as informações contidas dos artigos 158 ao 184.

Para cada assertiva acima, foi abordado um artigo do CPP, vejamos quais e o que diz:

Art. 160. Parágrafo único. Parágrafo único. O laudo pericial será elaborado no prazo máximo de 10 dias, podendo este prazo ser prorrogado, em casos excepcionais, a requerimento dos peritos. Logo, a assertiva está falsa porque faz referência a 30 dias, não 10;

Art. 165. Para representar as lesões encontradas no cadáver, os peritos, quando possível, juntarão ao laudo do exame provas fotográficas, esquemas ou desenhos, devidamente rubricados. A assertiva, como percebe-se, está correta.

Art. 160. Os peritos elaborarão o laudo pericial, onde descreverão minuciosamente o que examinarem, e responderão aos quesitos formulados. Mais uma assertiva correta.

Art. 162. Parágrafo único. Nos casos de morte violenta, bastará o simples exame externo do cadáver, quando não houver infração penal que apurar, ou quando as lesões externas permitirem precisar a causa da morte e não houver necessidade de exame interno para a verificação de alguma circunstância relevante. A assertiva segue a letra da lei, estando correta.

Assim, as assertivas II, II e IV estão corretas.

46.(2018 – CESPE – PC-MA - Médico Legista) Um perito médico legista não incluiu propositalmente em seu laudo necroscópico o resultado da alcoolemia de um cadáver que ele examinou.

Nessa situação hipotética, independentemente da importância de seu resultado para o andamento do processo, o médico legista cometeu

a) crime de falsificação de documento público.

b) crime de falsa perícia.

c) contravenção penal contra à fé pública.

d) contravenção penal contra a administração pública.

e) crime de falsidade ideológica por negligência.

Comentários: A **alternativa B** é o gabarito da questão. Trata-se do crime de falsa perícia, previsto no artigo 342 do Código Penal Brasileiro:

Art. 342. Fazer afirmação falsa, ou negar ou calar a verdade como testemunha, perito, contador, tradutor ou intérprete em processo judicial, ou administrativo, inquérito policial, ou em juízo arbitral.

47.(2018 – INSTITUTO AOCP – ITEP-RN - Perito Criminal - Química) Anselmo recebeu uma Requisição de Exame Pericial em 19/01/2017 cuja natureza delituosa versava sobre um homicídio e o objeto de perícia era o local do crime. Constava no documento a observação de que a vítima foi socorrida e entrou em óbito no hospital em decorrência de ferimentos provocados à estocada de uma faca de cozinha. Anselmo realizou a perícia no mesmo dia e expediu o laudo pericial em 02/02/2017. Com base nessa situação hipotética, assinale a alternativa correta.

a) Considerando que o instrumento utilizado no crime era do tipo cortante, é esperado que, em laudo pericial próprio, o Médico Legista descreva as lesões do cadáver como incisas ou fusiformes.

b) Na ausência de excepcionalidades, Anselmo expediu seu laudo pericial dentro do prazo legal.

c) Como as lesões descritas são normalmente pouco hemorrágicas, é provável que, no local, exista campo para exames envolvendo manchas de sangue.

d) Dentre os vestígios de interesse forense envolvidos nesse caso, é possível destacar a faca utilizada, eventuais impressões dígito-papilares presentes nesta e manchas de sangue da vítima.

e) A Requisição de Exame Pericial é o documento assinado por qualquer policial civil, no qual se mencionam os resultados da perícia.

Comentários: A **alternativa D** é o gabarito da questão. Vamos analisar cada uma das alternativas e destacar em negrito os erros correspondentes para o entendimento ser mais fácil:

a) Considerando que o instrumento utilizado no crime era do tipo cortante, é esperado que, em laudo pericial próprio, o Médico Legista descreva as lesões do cadáver como incisas ou fusiformes. Não há que se falar em lesão incida ou fusiforme, mas em lesão perfurante.

b) Na ausência de excepcionalidades, Anselmo expediu seu laudo pericial dentro do prazo legal. De acordo com o constante no art. 160 do CPP, parágrafo único, o laudo pericial deve ser concluído no prazo de dez dias, salvo caso excepcional devidamente justificado pelo Perito. Logo, de acordo com o enunciado na questão, Anselmo entregou seu laudo após os 10 dias, que é o tempo legal caso não haja excepcionalidades.

c) Como as lesões descritas são normalmente pouco hemorrágicas, é provável que, no local, exista campo para exames envolvendo manchas de sangue. Pelo contrário, por se tratar de lesão pouco hemorrágica, o provável é não existir campo para esse tipo de exame.

d) Dentre os vestígios de interesse forense envolvidos nesse caso, é possível destacar a faca utilizada, eventuais impressões dígito-papilares presentes nesta e manchas de sangue da vítima. Correto.

e) A Requisição de Exame Pericial é o documento assinado por qualquer policial civil, no qual se mencionam os resultados da perícia. Há dois erros na alternativa: o primeiro é que a Requisição de Exame Pericial deverá

ser assinada apenas pela Autoridade solicitante, não qualquer policial civil; a segunda é que não é a Requisição que trará os resultados da perícia, mas o Laudo Pericial.

1.4 - Lesão corporal e a perícia

Outro ponto importante é a perícia para a identificação de **lesão corporal grave.**

Tratando-se do crime de lesões corporais, a fim de evitar o desaparecimento dos vestígios, normalmente é o ofendido submetido ao exame de corpo de delito logo depois do fato. Neste exame deverão constar os esclarecimentos necessários para que possa o Ministério Público identificar a natureza da lesão praticada de modo a enquadrá-la no caput (lesão corporal leve) ou nos §§ 1.º e 2.º do art. 129 (lesão corporal grave ou gravíssima, respectivamente). Na verdade, o exame de corpo de delito no crime de lesões corporais compõe-se da resposta a determinados quesitos que, por sua vez, correspondem ao que dispõem o art. 129 e seus parágrafos.

Em caso de **lesões corporais**, se o **primeiro exame pericial tiver sido incompleto**, proceder-se-á a exame complementar por determinação da autoridade policial ou judiciária, de ofício, ou a requerimento do Ministério Público, do ofendido ou do acusado, ou de seu defensor. Se o exame tiver por fim precisar a classificação do delito de lesão corporal grave, deverá ser feito logo que decorra **o prazo de 30 dias**, contado da data do crime. Cabe lembrar que a **falta de exame complementar** poderá ser suprida pela prova testemunhal.



48.(2016 – CESPE – POLÍCIA CIENTÍFICA-PE - Perito Papiloscopista) A respeito da perícia médico-legal, assinale a opção correta.

a) É inadmissível a atuação de mais de um perito oficial e de um assistente técnico por perícia.

b) No processo judicial que demande a realização de perícia médico-legal, a decisão do juiz deverá ser tomada com base no laudo dessa perícia.

c) O juiz é a única autoridade competente para negar a realização de perícia em qualquer circunstância.

d) Quando o primeiro exame pericial for incompleto para a avaliação das lesões corporais, a decisão de realização de exame complementar será privativa do juiz.

e) Em caso de lesões corporais, se o primeiro exame pericial tiver sido incompleto, a falta de exame complementar poderá ser suprida pela prova testemunhal.

Comentários: A **alternativa E** é o gabarito da questão. nos casos de lesões corporais, se o primeiro exame pericial tiver sido incompleto, proceder-se-á a exame complementar, mas a falta desse poderá ser suprida sim pela prova testemunhal.

49.(2015 – FUNIVERSA – SPTC-GO - Médico Legista) O exame de corpo de delito complementar será realizado

a) 30 dias após a realização do primeiro exame.

b) 30 dias após a data da agressão sofrida pela vítima.

c) 60 dias após a agressão, quando a lesão for deformante.

d) quando o médico-legista determinar no primeiro exame.

e) por determinação da autoridade judiciária nos casos de inexistência de vestígios para a comprovação de um delito.

Comentários: A **alternativa B** é o gabarito da questão. trata-se de exame para identificar a incapacidade para as ocupações habituais, por mais de trinta dias. Caracterizando lesão corporal grave.

O art. 168, § 2.º, como se vê, exige que a perícia seja feita "logo que decorra o prazo de 30 dias". Muito embora não seja explicitado qual seja esse prazo, os termos incorporados ao dispositivo em comento sugerem que o exame deva ser feito nos primeiros dias que se seguirem ao final do trintídio, sob pena de inviabilizar a constatação quanto a ter ficado ou não a vítima, efetivamente, incapacitada.

50.(2014 - IESES - IGP-SC - Auxiliar Pericial) De acordo com a legislação brasileira vigente, que disciplina a matéria a respeito de laudo pericial, é correto afirmar:

I. O laudo pericial será elaborado no prazo máximo de 30 dias, podendo este prazo ser prorrogado, em casos excepcionais, a requerimento dos peritos.

II. Para representar as lesões encontradas no cadáver, os peritos, quando possível, juntarão ao laudo do exame provas fotográficas, esquemas ou desenhos, devidamente rubricados.

III. Os peritos elaborarão o laudo pericial, onde descreverão minuciosamente o que examinarem, e responderão aos quesitos formulados.

IV. Nos casos de morte violenta, bastará o simples exame externo do cadáver, quando não houver infração penal que apurar, ou quando as lesões externas permitirem precisar a causa da morte e não houver necessidade de exame interno para a verificação de alguma circunstância relevante.

A sequência correta é:

a) Apenas as assertivas II, III e IV estão corretas.

b) Apenas a assertiva III está correta.

c) As assertivas I, II, III e IV estão corretas.

d) Apenas as assertivas II e IV estão corretas.

Comentários: A **alternativa A** é o gabarito da questão. A questão abordou exatamente a letra da lei, á luz do Código de Processo Penal. Vejamos os artigos respectivos e o que dizem.

51.(2018 – INSTITUTO AOCP – ITEP-RN - Técnico de Necrópsia) Dois trabalhadores brigaram no serviço, trocando socos e pontapés, o que resultou em contusões recíprocas. Após duas semanas, ambos estavam bem e retornaram ao trabalho normalmente, voltando ao convívio amistoso. Nesse caso, sob o ponto de vista médico-legal, é correto afirmar que

a) não houve lesão corporal, pois contusões não se enquadram como lesões.

b) houve lesão corporal.

c) lesão corporal é um diagnóstico subjetivo, que depende da queixa da vítima.

d) lesões apenas externas não configuram lesão corporal.

e) como as lesões foram leves e os envolvidos logo se restabeleceram, sem sequela, não houve lesão corporal.

Comentários: A **alternativa B** é o gabarito da questão. As contusões são lesões violentas e, no caso apresentado, decorreram de agressão física. Mesmo que não haja queixa-crime ou que os envolvidos se restabeleçam, configuram lesão corporal.

52.(2017 – FCC – POLITEC-AP - Perito Médico Legista) A finalidade da perícia médica é produzir prova técnica de natureza médica, esclarecendo um fato à justiça. A perícia médica

a) pode ser conceituada como a realização do exame físico pericial.

b) judicial ocorre por determinação do magistrado quando a prova de um fato depender de conhecimento técnico médico.

c) se materializa nos autos por meio de depoimento oral reduzido a termo.

d) em âmbito criminal não admite participação de assistente técnico.

e) é realizada em casos em que o vestígio tenha menos do que 2 meses.

Comentários: A **alternativa B** é o gabarito da questão. Além da atuação médica no campo criminal, é possível a realização de perícia dessa área no âmbito cível. Trata-se, neste caso, da perícia médica judicial, determinada por um juiz quando a prova de um fato depender de conhecimento técnico médico.

53.(2018 – CESPE – PC-MA - Odontologia) Havendo necessidade de perícia em processo de reparação de danos relativos à colocação de implante dentário, o juiz nomeará, preferencialmente, profissional graduado em odontologia para exercer a função de perito

a) oficial de juízo.

b) designado.

c) assistente.

d) contratado.

e) louvado.

Comentários: A **alternativa A** é o gabarito da questão. Processo de reparação de danos é objeto de processo cível. Por se tratar de prova de fato que depende de conhecimento técnico o juiz nomeará um oficial do juízo, sendo profissional graduado em Odontologia, para exercer a função.

54.(2017 – FCC – POLITEC-AP - Perito Médico Legista) Após sofrer algum tipo de violência, as pessoas podem desenvolver transtornos psiquiátricos, inclusive de ordem orgânica. Estão corretas a seguinte descrição de caso e correspondente avaliação de lesão corporal:

a) José foi agredido na cabeça durante assalto, tendo traumatismo cranioencefálico, permanecendo comatoso por 47 dias. Evoluiu com epilepsia pós-traumática em uso de oxcarbazepina. Lesão corporal de natureza gravíssima por enfermidade incurável.

b) Maria trabalhava em um banco que foi assaltado. Permaneceu com os assaltantes por 2 horas. Evoluiu com transtorno de estresse pós-traumático, não conseguindo entrar mais em agências bancárias, apesar do tratamento psicoterápico e medicamentoso. O evento ocorreu há 3 meses, estando afastada pelo INSS recebendo auxílio-doença acidentário desde então. Lesão corporal de natureza gravíssima por incapacidade permanente para o trabalho.

c) Eduardo levou um tiro durante uma briga de bar, tendo ficado paraplégico. Além disso, evoluiu com episódio depressivo devido a sua nova condição. Lesão corporal de natureza grave por debilidade permanente de membro, sentido ou função.

d) Monica foi atropelada por motocicleta, tendo sofrido politraumatismo com traumatismo cranioencefálico. Apresentou perda de massa encefálica e evoluiu com transtorno de personalidade orgânico com auto e hetero agressividade, depressão orgânica grave e epilepsia pós-traumática. Lesão corporal de natureza gravíssima por deformidade permanente.

e) João brigou em um bar com um amigo, tendo trocado socos com ele. Compareceu ao Instituto Médico Legal – IML no dia seguinte, sendo constatada equimose arroxeada em região periorbital esquerda, sem comprometimento da visão. Lesão corporal grave por perigo de vida.

Comentários: A **alternativa A** é o gabarito da questão. A questão avalia o conhecimento do candidato a respeito da classificação das lesões corporais, e caracterização da extensão, gravidade e perenidade das lesões nos casos hipotéticos apresentados.

A classificação das lesões corporais pode ser encontrada no Código Penal, artigo 129.

A) CERTO. É classificada como lesão corporal gravíssima as lesões que resultam em enfermidade incurável. Tal enfermidade deve ser representada por um distúrbio ou perturbação que possa repercutir de maneira intensa sobre uma ou mais funções orgânicas, que comprometa a saúde e exija cuidados especiais, além de que seja demonstrada sua incurabilidade. A epilepsia, na maior parte dos casos, não tem cura. Assim, o caso demonstrado é compatível com a lesão gravíssima, uma vez que levou ao aparecimento de um distúrbio incurável, que será apenas administrado por meio de tratamento.

B) ERRADO. Para ser classificada como incapacidade permanente para o trabalho (lesão corporal gravíssima), a invalidez deve ser total, permanente, e para qualquer tipo de trabalho. Nesse caso,

provavelmente a vítima seria aposentada por invalidez, mas a questão diz que ela está recebendo auxílio-doença - então embora esteja afastada há algum tempo, é possível que volte a trabalhar, não se tratando de incapacidade permanente.

C) ERRADO. Paraplegia é um caso de inutilização de membro, que se classifica como lesão corporal gravíssima, e não grave, como afirma a alternativa.

D) ERRADO. O caso apresentado é compatível com enfermidade incurável, e não com deformidade permanente (alteração estética grave capaz de reduzir, de forma acentuada, a estética individual).

E) ERRADO. Para ser enquadrada como perigo de vida, deve haver um conjunto de sinais e sintomas clinicamente demonstrável de uma condição concreta de morte iminente, ou seja, uma ameaça imediata de êxito letal. Não há dados na questão que indiquem ter havido perturbação que agravou as condições orgânicas da vítima, tão somente uma equimose sem comprometimento da visão. Por exclusão, uma equimose (sem outros danos) poderia ser classificada como lesão corporal de natureza leve.

55.(2017 – FUNDATEC – IGP-RS - Perito Médico Legista) Uma mulher de 74 anos chega ao plantão do departamento médico-legal às 20 horas do dia 15 de março com uma guia emitida por autoridade policial requisitando exame pericial de lesões corporais. A vítima informa ao perito médico-legista que foi empurrada por uma sobrinha durante uma discussão na manhã de 15 de março e que caiu, traumatizando o membro superior direito. Apresenta declaração de médico ortopedista informando "fratura de rádio distal direito, aguardando cirurgia". Apresenta também radiografias do segmento em questão. Porta, ainda, receitas de anti-inflamatório e do analgésico codeína. Os documentos médicos têm a data do dia do exame pericial. Apresenta tala gessada em membro superior direito e refere "muita dor". Sobre essa situação hipotética, assinale a alternativa correta.

a) Diante da receita do analgésico codeína e do relato de "dor de forte intensidade", o perito médico-legista pode asseverar no laudo que se trata de lesão corporal grave.

b) Deverá o perito médico-legista informar que houve inutilização de membro (no caso, membro superior direito).

c) A resposta ao quesito "Se há incapacidade para as ocupações habituais por mais de 30 dias" pode ser: "Necessário exame complementar em 30 dias".

d) Cabe ao perito médico-legista averiguar se houve a agressão, ouvindo a acusada e testemunhas do fato.

e) Como se trata de uma pessoa idosa, o perito médico legista deve informar no laudo que se trata de "meio cruel".

Comentários: A **alternativa C** é o gabarito da questão. a) Diante da receita do analgésico codeína e do relato de "dor de forte intensidade", o perito médico-legista pode asseverar no laudo que se trata de lesão corporal grave. Incorreta, pois o requisito dor intensa não está previsto no art. 129 §1º, CP. Lesão corporal de natureza grave - § 1º Se resulta: I - Incapacidade para as ocupações habituais, por mais de trinta dias; II - perigo de vida; III - debilidade permanente de membro, sentido ou função; IV - aceleração de parto: Pena - reclusão, de um a cinco anos.

b) Deverá o perito médico-legista informar que houve inutilização de membro (no caso, membro superior direito). Incorreta, pois a inutilização de membro trata-se de contingência séria que acarreta dano em grau

muito elevado ou máximo em sua funcionalidade, não é simples debilidade. Se a debilidade excede o limite teórico de 70% da função, já se considera perdida ou inutilizada. Perda: ablação. Inutilidade: presença do órgão, mas ele se mostra em inaptidão ou em insignificante funcionamento. OBS.: a perda de um dos órgãos duplos não caracteriza lesão gravíssima, mas lesão grave.

c) A resposta ao quesito "Se há incapacidade para as ocupações habituais por mais de 30 dias" pode ser: "Necessário exame complementar em 30 dias". Alternativa correta - Conforme o art. 168. Em caso de lesões corporais, se o primeiro exame pericial tiver sido incompleto, proceder-se-á a exame complementar por determinação da autoridade policial ou judiciária, de ofício, ou a requerimento do Ministério Público, do ofendido ou do acusado, ou de seu defensor. § 1 o No exame complementar, os peritos terão presente o auto de corpo de delito, a fim de suprir-lhe a deficiência ou retificá-lo. § 2 o Se o exame tiver por fim precisar a classificação do delito no art. 129, § 10 , I, do Código Penal, deverá ser feito logo que decorra o prazo de 30 dias, contado da data do crime. § 3 o A falta de exame complementar poderá ser suprida pela prova testemunhal.

d) Cabe ao perito médico-legista averiguar se houve a agressão, ouvindo a acusada e testemunhas do fato. Alternativa incorreta, pois não cabe ao médico legista ouvir testemunhas ou acusado.

e) Como se trata de uma pessoa idosa, o perito médico legista deve informar no laudo que se trata de "meio cruel". Alternativa incorreta, pois não basta tratar-se de pessoa idosa para que o médico-legista ateste o meio cruel.

1.5 - Principais perícias elencadas no Código de Processo Penal

O art. 171 do CPP dispõe que, "nos crimes cometidos com destruição ou rompimento de obstáculo a subtração da coisa, ou por meio de escalada, os peritos, além de descrever os vestígios, indicarão com que instrumentos, por que meios e em que época presumem ter sido o fato praticado". A despeito dessa previsão, há controvérsias quanto **à possibilidade de suprimento da perícia por outro meio de prova para fins de comprovação dessa qualificadora.**

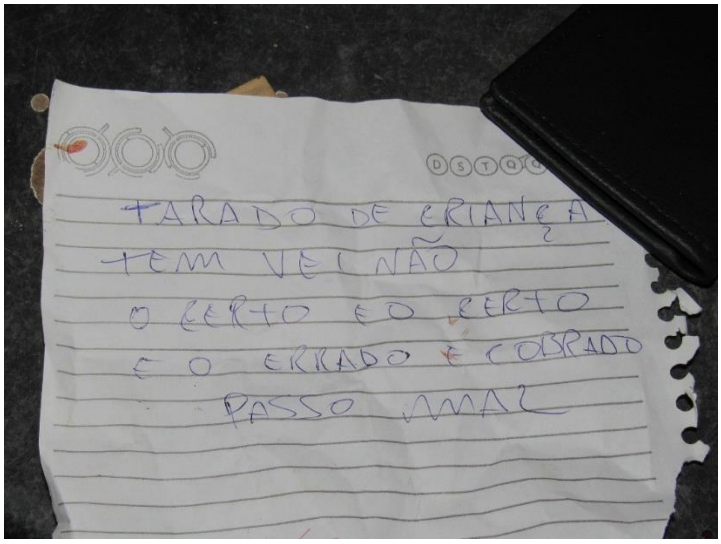
Assim, desde que desaparecidos os vestígios, é possível, aplicando-se o art. 167 do CPP, reconhecer a qualificadora do rompimento de obstáculo a partir da prova testemunhal (ou de outras provas). Este é o entendimento dominante, compreendendo o STJ que "para a incidência da qualificadora prevista no art. 155, § 4.º, I, do Código Penal, é necessária a comprovação do rompimento de obstáculo, por laudo pericial, salvo em caso de desaparecimento dos vestígios, quando a prova testemunhal poderá suprir-lhe a falta."

Por outro lado, em relação à escalada, esta pressupõe o acesso ao local do furto por via anormal e com o emprego de meios artificiais, de particular agilidade ou de esforço sensível, reveladores da obstinação do agente em vencer as cautelas postas pelo ofendido para a defesa do seu patrimônio, bem como da sua maior capacidade de delinquir. Caracteriza-se, por exemplo, na transposição de janelas, telhados, muros, portões, túneis etc.

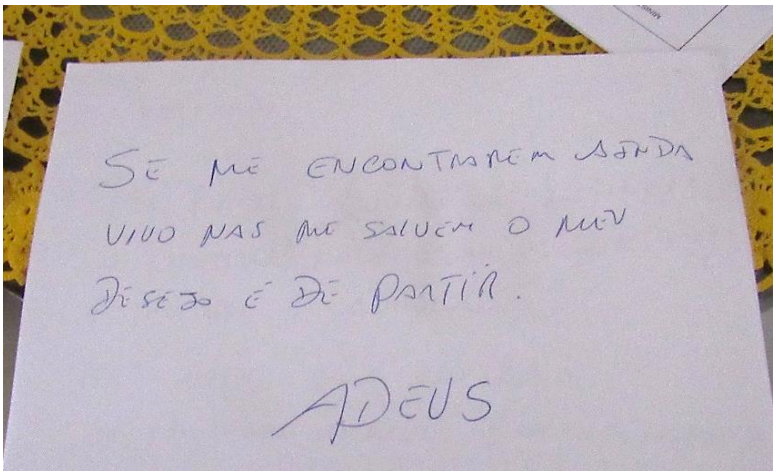
O art. 173 do CPP estabelece que, "no **caso de incêndio**, os peritos verificarão a causa e o lugar em que houver começado, o perigo que dele tiver resultado para a vida ou para o patrimônio alheio, a extensão do dano e o seu valor e as demais circunstâncias que interessarem à elucidação do fato". Aqui, temos o crime de incêndio, tipificado no art. 250 do Código Penal. As questões mencionadas no art. 173 do CPP e que devem ser respondidas pelos peritos (se possível) tendo em vista as peculiaridades do delito, cujas circunstâncias podem conduzir uma maior ou menor punição, dependendo tenha ocorrido em casa habitada ou não, dos instrumentos utilizados para provocar o fogo, do material ígneo empregado, das consequências e demais elementos que podem evidenciar o agir doloso ou culposo do agente.

O art. 174 do CPP trata do **exame grafotécnico**. Esta prova pretende, mediante comparação da grafia aposta em documento escrito com a grafia do investigado ou do acusado, afirmar ou afastar a sua autoria em relação a determinado texto ou assinatura. Tratando-se de prova técnica, o exame constitui importante instrumento de convicção à autoridade policial, no curso das investigações, e ao juiz, no decorrer da instrução criminal. Sua utilização é bastante comum na apuração de crimes relacionados à falsificação de documentos públicos ou particulares, falsidade ideológica e estelionato. Sem embargo, também pode ser realizado na identificação da autoria de documentos relevantes para a comprovação de qualquer outro crime, como por exemplo, de homicídio previamente anunciado ao ofendido por meio de carta anônima supostamente enviada pelo acusado.

Com a finalidade de efetuar a comparação, pode ser utilizado qualquer documento licitamente obtido, desde que comprovada sua autenticidade, o que pode ocorrer: por meio do reconhecimento do acusado de que a grafia lhe pertence; por meio de reconhecimento judicial, como por exemplo o documento produzido em processo cível reconhecidamente escrito pelo acusado; e por qualquer outro meio de prova hábil à afirmação da autoria do texto ou assinatura sob comparação.



(manuscrito coletado ao lado de vítima de homicídio e encaminhado ao setor de Documentoscopia para confronto grafotécnico com caligrafia de suspeito)



(manuscrito coletado ao lado de vítima de suicídio e encaminhado ao setor de Documentoscopia para confronto grafotécnico com caligrafia da vítima)

RESUMINDO

exame grafotécnico
- comparação da grafia aposta em documento escrito com a grafia do investigado ou do acusado

exame em incêndio
- os peritos verificarão a causa e o lugar em que houver começado, o perigo que dele tiver resultado para a vida ou para o patrimônio alheio

destruição ou rompimento de obstáculo
- além de descrever os vestígios, indicarão com que instrumentos, por que meios e em que época presumem ter sido o fato praticado



56.(Universa - Perito Criminal - GO - 2010) Em local de alegado cometimento de suicídio, perpetrado mediante projétil disparado por arma de fogo, o perito criminal obrigatoriamente deverá

A) proceder à pesquisa de resíduos de tiro nas mãos da vítima e pormenorizada varredura, visando localizar eventuais cartas ou bilhetes.

B) confeccionar auto de exibição e apreensão de todos os objetos encontrados.

C) elaborar recognição visuográfica do evento.

D) proceder à gravação em vídeo de todas as entrevistas realizadas.

E) reduzir a termo todos os depoimentos obtidos.

Comentários: A **alternativa A** é o gabarito da questão. No caso de alegado cometimento de suicídio, é obrigatória a realização de pesquisa de resíduos produzidos por tiro nas mãos da vítima. Em determinados casos, tal pesquisa deverá ser também realizada nas mãos de eventuais pessoas que estavam no local no exato momento da ocorrência do fato. Ainda, neste tipo de caso, deverá o perito proceder pormenorizada varredura nos ambientes do local, visando localizar eventuais cartas ou bilhetes, documentos esses que, se encontrados, deverão ser coletados, assim como, ainda no próprio local do evento, peças padrões produzidas em vida pela vítima, com todo o material devendo ser encaminhado para a Seção de Documentoscopia, para os devidos exames laboratoriais.

Nos casos em que sejam encontrados no local de crime armas de fogo, projéteis ou estojos, estes devem ser fotografados e plotados em desenho esquemático, de modo a estabelecer detalhadamente suas posições em relação ao corpo da vítima.

57. (2018 – INSTITUTO AOCP – ITEP-RN - Perito Criminal - Química) O Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (e alterações), representa os ritos da processualística criminal brasileira. Nesse Código de Processo Penal, há previsão de alguns exames periciais específicos. Assinale a alternativa na qual constam apenas exames periciais expressamente previstos no Código de Processo Penal.

a) Exame em letra e firma em documentos particulares, perícias de laboratório, exame de local, exame de instrumentos empregados para a prática de crime, verificação da causa de incêndios.

b) Exame para reconhecimento de escritos, descrição de vestígios nos crimes cometidos com destruição ou rompimento de obstáculo à subtração da coisa, identificação de elementos que apontem a atividade de hackers.

c) Perícias de laboratório, microcomparação balística, verificação do local onde um incêndio começou.

d) Eficácia de arma de fogo, confronto de voz, extração de dados de discos rígidos, estimativa de área ambiental degradada.

e) Exame de reconhecimento de escritos, perícias de laboratório, microcomparação balística e confronto de voz.

Comentários: A **alternativa A** é o gabarito da questão. trata-se do exame grafotécnico que vem da documentoscopia, que parte da criminalística que estuda os documentos para verificar se são autênticos e, em caso contrário, determinar a sua autoria.

58. (2015 – FCC – CNMP- Técnico - Segurança Institucional) Um técnico do CNMP, atuando no âmbito do levantamento de dados, imagens e informações em formato digital para documentar ocorrências e instruir processos investigativos, fez uso de um procedimento científico de coleta, exame, autenticação, preservação e análise dos dados mantidos em meios de armazenamento digital, de tal maneira que estas informações pudessem ser usadas como prova em juízo. Para isso, ele lidou com os seguintes problemas: recuperação dos dados sem prejuízo ao seu valor probatório, armazenamento com segurança dos dados recuperados, busca de informações significativas em um volume muito grande de dados e a própria apresentação das informações em juízo. Sua preocupação maior era garantir a segurança da informação. Cientificamente, estes procedimentos caracterizam o processo de

a) perícia forense computacional.

b) fundamentação digital probatória.

c) LTDD – laudo técnico de documentação digital.

d) LTED – laudo técnico de elementos digitais.

e) análise digital de riscos.

Comentários: A **alternativa A** é o gabarito da questão. Baseado nas técnicas de recuperação de dados, a Perícia Forense Computacional ou Computação Forense tem a finalidade de auxiliar na solução de casos onde são cometidos crimes com o auxílio de dispositivos computacionais.

A **obrigatoriedade do exame a que alude** o art. 175 do CPP (exame nos instrumentos empregados para a prática da infração) depende da hipótese concreta. Por exemplo, a hipótese de um homicídio provocado por arma de fogo. Alegando o imputado, como defesa, disparo acidental, é importante que se faça a perícia para comprovar a viabilidade da versão apresentada. **Diferentemente**, sendo hipótese de imputação de homicídio doloso, em que alega o acusado, por exemplo, ter agido em legítima defesa ao desferir um tiro contra a vítima, a perícia no revólver apreendido é totalmente desnecessária.

Suponha-se, agora, que o delito imputado seja o de disparo de arma de fogo. Neste caso, tratando-se de crime que se pode comprovar mediante prova testemunhal quanto à efetiva ocorrência da conduta, é absolutamente dispensável a perícia.



59.(Agente de Polícia – PC SC – ACAFE) Considerando as disposições do Código de Processo Penal relativas à prova, assinale a alternativa correta.

A) Serão sujeitos a exame os instrumentos empregados para a prática da infração, a fim de se lhes verificara propriedade.

B) Em caso de lesões corporais, se o primeiro exame pericial tiver sido incompleto, proceder-se-á a exame complementar por determinação da autoridade policial ou judiciária, de ofício, ou a requerimento do Ministério Público, do ofendido ou do acusado, ou de seu defensor.

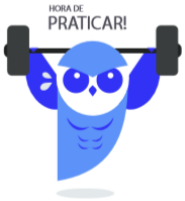
C) Proceder-se-á, necessariamente e em qual- quer hipótese, a avaliação de coisas destruídas, deterioradas ou que constituam produto do crime.

D) O juiz que não possuir conhecimento específico quanto ao objeto da perícia ficará adstrito ao laudo elaborado pelo perito oficial.

E) O juiz ou a autoridade policial negará a perícia requerida pelas partes quando não for necessária ao esclarecimento da verdade, inclusive no caso de exame de corpo de delito.

Comentários: A **alternativa B** é o gabarito da questão. O art. 175 do CPP, menciona que serão sujeitos a exame os instrumentos empregados para a prática da infração, a fim de se lhes verificar a natureza e a eficiência, e não a propriedade.

LISTA DE QUESTÕES



1. **(2017 – FUNDATEC – IGP-RS - Perito Médico Legista) O Código de Processo Penal, em seu Artigo 6º, determina que todo local de crime deve ser preservado até a chegada dos Peritos Criminais. Quem é responsável pelo isolamento e preservação do local?**

a) Familiar da vítima.

b) Agente de trânsito.

c) Autoridade Policial.

d) Policial Militar.

e) Juiz.

2. (2017 – FUNDATEC – IGP-RS - Perito Médico Legista) Logo que tiver conhecimento da prática da infração penal, a autoridade policial deverá:

I. Se possível e conveniente, dirigir-se ao local, providenciando para que não se altere o estado e a conservação das coisas, enquanto necessário.

II. Apreender imediatamente os instrumentos e todos os objetos que tiverem relação com o fato.

III. Apreender os objetos que tiverem relação com o fato, após liberados pelos Peritos Criminais.

IV. Dirigir-se ao local, providenciando para que não se alterem o estado e a conservação das coisas até a chegada dos Peritos Criminais.

Quais estão corretas?

a) Apenas II.

b) Apenas IV.

c) Apenas I e III.

d) Apenas II e IV.

e) Apenas III e IV.

3. (2016 – FUNCAB – PC-PA - Escrivão de Polícia Civil) No que diz respeito às perícias e aos peritos é correto afirmar que:

a) não pode ser realizada perícia em objetos falsificados.

b) os peritos estão isentos de responsabilidade civil decorrente de dolo ou culpa.

c) armas de fogo com numeração suprimida, raspada ou adulterada são isentas de perícia.

d) os peritos podem ser responsabilizados criminalmente por atos no exercício da função.

e) o Delegado de Polícia não pode requisitar uma perícia médico-legal.

4. (2018 – CESPE – PC-MA - Médico Legista) Com relação à perícia médico-legal e aos exames periciais, assinale a opção correta.

a) É permitido ao perito assinar laudos mesmo sem ele ter participado diretamente dos exames periciais.

b) O exame realizado por um único perito é considerado válido no processo penal.

c) O exame pericial pode ser realizado por duas pessoas idôneas, portadoras de diploma superior, escolhidas, de preferência, entre as que tiverem habilitação técnica relacionada à natureza do exame, onde não houver peritos oficiais.

d) O corpo de delito direto é composto por depoimento de testemunhas, fichas hospitalares, boletins médicos e confissão extrajudicial.

e) No corpo de delito indireto, há vestígios materiais de infrações legais.

5. (2016 – CESPE – PC-PE - Delegado de Polícia) Com relação aos conhecimentos sobre corpo de delito, perito e perícia em medicina legal e aos documentos médico-legais, assinale a opção correta.

a) Perícia é o exame determinado por autoridade policial ou judiciária com a finalidade de elucidar fato, estado ou situação no interesse da investigação e da justiça.

b) O atestado médico equipara-se ao laudo pericial, para serventia nos autos de inquéritos e processos judiciais, devendo ambos ser emitidos por perito oficial.

c) Perito oficial é todo indivíduo com expertise técnica na área de sua competência incumbido de realizar o exame.

d) É inválido o laudo pericial que não foi assinado por dois peritos oficiais.

e) Define-se corpo de delito como o conjunto de vestígios comprobatórios da prática de um crime evidenciado no corpo de uma pessoa.

6. (2017 – FUNDATEC – IGP-RS - Papiloscopista e Técnico em Perícia) Em Criminalística, devemos distinguir, fundamentalmente, dois tipos de morte: a natural e a violenta. São exemplos de morte violenta:

a) Infarto agudo do miocárdio e disparo de arma de fogo.

b) Acidente de trânsito e enforcamento.

c) Diabetes e acidente de trabalho.

d) Desmoronamento e insuficiência cardíaca.

e) Câncer de pulmão e cirrose hepática.

7. (Universa - Perito Criminal - GO - 2010) Entre as modalidades de exames de corpo de delito realizados por Peritos Criminais, incluem-se

A) desmoronamentos, lesões corporais, acidentes de trabalho.

B) incêndios, arrombamentos, conjunções carnais.

C) crimes contra a pessoa, biológicos, exumações.

D) crimes de trânsito, grafotécnicos, toxicológicos.

E) necroscópicos, embriaguês, explosão.

8. (2017 – IBFC – POLÍCIA CIENTÍFICA-PR - Médico Legista) As perícias médico-legais são realizadas pelo Perito Médico. Analise as afirmativas a seguir e assinale a alternativa correta.

I. Se a morte de um indivíduo é caracterizada como violenta, a equipe médica está impedida de fornecer atestado de óbito, e procedimentos iniciais para preservação de órgãos precisam ser autorizados por juiz, por meio de médico forense.

II. A atuação do perito far-se-á em qualquer fase do processo, desde que antes da sentença.

III. Peritos são pessoas qualificadas ou experientes em certos assuntos, a quem se incumbe a tarefa de esclarecer um fato de interesse da justiça, quando solicitada.

Estão corretas as afirmativas:

a) Todas as afirmativas estão corretas

b) Estão corretas apenas as afirmativas I e II

c) Estão corretas apenas as afirmativas I e III

d) Estão corretas apenas as afirmativas II e III

e) Está correta apenas a afirmativa I

9. (2018 – CESPE – PC-SE - Delegado de Polícia) Um homem de quarenta e cinco anos de idade morreu após se engasgar com um pedaço do sanduíche que comia em uma lanchonete. Ele estava na companhia do seu cunhado, que não conseguiu ajudá-lo a retomar o fôlego. Os empregados da lanchonete acionaram o socorro médico, mas não houve êxito na tentativa de evitar a morte do homem.

Considerando essa situação hipotética e os diversos aspectos a ela relacionados, julgue o item a seguir.

O evento morte descrito será classificado, quanto à causa jurídica, como morte natural.

10. (2017 – FCC – POLITEC-AP - Perito Médico Legista) O Perito Médico Legista possui os mesmos impedimentos e suspeições que os juízes no âmbito criminal. Em relação aos impedimentos e suspeições a que está sujeito, o Perito

a) pode realizar o exame sexológico caso a vítima seja sua irmã.

b) deve realizar todas as perícias requisitadas durante seu plantão, devendo se manifestar a respeito de impedimento quando for questionado em segunda instância.

c) deve se declarar suspeito caso seja amigo íntimo do acusado pelo crime.

d) pode realizar o exame de corpo de delito em parentes de terceiro grau.

e) não deve realizar exame de lesão corporal se a vítima residir em um raio menor que 10 km de sua própria residência.

11. **(2017 – FUNDATEC – IGP-RS - Perito Criminal) Sobre a perícia médico-legal nos casos de envenenamento, é correto afirmar que:**

a) Livores hipostáticos podem indicar envenenamento por monóxido de carbono se apresentarem tonalidade violácea.

b) O exame interno das cavidades tem pouca importância, limitando-se à coleta de tecidos para perícia laboratorial.

c) A estricnina e seus análogos causam uma antecipação da rigidez muscular.

d) A coleta de sangue extravasado para as cavidades abdominal ou torácica deve ser preferida para realização de perícia toxicológica.

e) Substâncias como o fósforo e alguns compostos de arsênio causam lesão hepática centrolobular mais frequentemente.

12. **2017 – CESPE – PC-GO - Delegadp de Polícia) No que se refere às perícias e aos laudos médicos em medicina legal, assinale a opção correta.**

a) As perícias podem consistir em exames da vítima, do indiciado, de testemunhas ou de jurado.

b) A perícia em antropologia forense permite estabelecer a identidade de criminosos e de vítimas, por meio de exames de DNA, sem, no entanto, determinar a data e a circunstância da morte.

c) A opção pela perícia antropológica deve ser conduta de rotina nos casos em que a família da vítima manifestar suspeita de morte por envenenamento.

d) As perícias médico-legais são restritas aos processos penais e civis.

e) Laudo médico-legal consiste em narração ditada a um escrivão durante o exame.

13. **(2018 – CESPE – PC-MA - Odontologia) O perito odontolegista tem direito garantido de atuar nas áreas**

a) familiar, regulatória, trabalhista e cível.

b) criminal, cível, trabalhista e administrativa.

c) penal, trabalhista, cível e regulatória.

d) criminal, familiar, cível e administrativa.

e) trabalhista, administrativa, cível e familiar.

14. (2018 – CESPE – PC-MA - Odontologia) A atuação do perito odontolegista subordina-se às normas do

a) conselho regional de odontologia.

b) Conselho Federal de Odontologia.

c) Código Processual Pericial.

d) Código Pericial Odontológico.

e) Código Ético Pericial.

15. (2018 – CESPE – PC-MA - Odontologia) Assinale a opção que apresenta, respectivamente, dever profissional do cirurgião-dentista e dever profissional do perito odontolegista.

a) consentimento informado e registro no conselho

b) objetividade e demonstração científica da prova

c) neutralidade e testemunho no tribunal

d) confidencialidade e responsabilidade no laudo

e) proteção de dados e confidencialidade

16. (2018 – CESPE – PC-MA - Odontologia) O exercício do cargo de perito odontolegista será indeclinável quando o profissional for intimado pelo julgador e informado a respeito de fatos litigiosos relacionados com seu especial saber em caso de

a) atuação extraoficial.

b) pleito civil.

c) remuneração incompatível.

d) procedimento penal.

e) requisição judicial.

17. (2018 – CESPE – PC-MA - Odontologia) Ao analisar as circunstâncias de um crime e confrontar as provas testemunhais com o laudo do odontolegista, a autoridade judicial constatou que houve afirmação falsa no laudo pericial: o profissional omitiu informações relevantes para a correta elucidação do caso e para atribuição de responsabilidade.

Nessa situação hipotética, no âmbito judicial, o odontolegista estará sujeito a

a) transferência para serviços burocráticos.

b) nota de censura pública e multa de seis salários mínimos.

c) processo disciplinar que poderá culminar com a punição de aposentadoria compulsória.

d) inabilitação para atuar em outras perícias por dois a cinco anos.

e) processo disciplinar que poderá acarretar demissão por justa causa.

18. (2018 – CESPE – PC-MA - Odontologia) À luz da legislação pertinente, o odontologista quebrará o sigilo profissional se

a) relatar o Código Internacional das Doenças no atestado odontológico sem a assinatura de consentimento do paciente.

b) notificar doença compulsória ao órgão competente.

c) cobrar os honorários em juízo no caso de declinação do tratamento empreendido.

d) colaborar com a justiça nos casos previstos em lei sem autorização do paciente.

e) revelar fato sigiloso de incapaz ao seu responsável.

19. **(2018 – CESPE – PC-MA - Odontologia) Na sua relação com o cidadão a ser periciado, o odontolegista perito tem o dever de prestar-lhe todos os esclarecimentos considerados imprescindíveis sobre o desempenho de sua atividade profissional. Esse dever fundamenta-se nos princípios da**

a) vigilância e da atualização.

b) responsabilidade e da ética.

c) autonomia e da responsabilidade.

d) transparência e da vulnerabilidade.

e) legitimidade e da liceidade.

20. **(FUMARC – PC-MG – Médico Legista) É correto o que se afirma, EXCETO em:**

A) Pericia percipiendi é aquela em que o perito é chamado para conferir, técnica e cientificamente, um fato sob a ótica quantitativa e qualitativa.

B) A perícia, segundo seu modo de realizar-se, pode ser sobre o fato a analisar (pericia deducendi) ou sobre uma perícia já realizada (pericia percipiendi).

C) Pericia deducendi é a análise feita sobre fatos pretéritos com relação àqueles sobre os quais possa existir contestação ou discordância das partes ou do julgador.

D) Define-se perícia médico-legal como um conjunto de procedimentos médicos e técnicos que tem como finalidade o esclarecimento de um fato de interesse da justiça.

21. **(2018 – CESPE – PC-MA - Médico Legista) Na perícia médico-legal, a perícia contraditória é definida como**

a) procedimento que gera relatórios individualizados que não chegam a um ponto de vista comum.

b) exame pericial realizado por um só perito.

c) exame realizado sobre vestígios materiais.

d) conjunto de procedimentos médicos e técnicos que tem como finalidade o esclarecimento de um fato de interesse da justiça.

e) declaração tomada a termo em audiência de instrução e julgamento sobre fatos obscuros ou conflitantes.

22. (2014 - IESES - IGP-SC - Auxiliar Pericial) O Laudo Pericial é um documento processual oficial que se caracteriza por ser peça retrospectiva, isto é, refere-se a fatos passados, sejam infrações penais ou irrelevantes penais, é de suma importância para Autoridade Policial, fundamental na elaboração do Inquérito. São tipos de laudo pericial existentes:

I. Laudo de levantamento de local.

II. Laudo de identificação de perímetro circunvizinho.

III. Laudo de verificação de eficácia de arma de fogo.

IV. Laudo de exame cadavérico.

A sequência correta é

a) Apenas a assertiva I está correta.

b) Apenas as assertivas II e IV estão corretas.

c) Apenas as assertivas I, II e IV estão corretas.

d) Apenas as assertivas I, III e IV estão corretas

23. (2014 - IESES - IGP-SC - Auxiliar Pericial) No tocante ao exame de corpo de delito é INCORRETO afirmar:

a) Serão facultadas ao Ministério Público, ao assistente de acusação, ao ofendido, ao querelante e ao acusado a formulação de quesitos e indicação de assistente técnico.

b) Os peritos não oficiais prestarão o compromisso de bem e fielmente desempenhar o encargo.

c) Na falta de perito oficial, o exame será realizado por 3 (três) pessoas idôneas, portadoras de diploma de curso superior preferencialmente na área específica, dentre as que tiverem habilitação técnica relacionada com a natureza do exame.

d) O exame de corpo de delito e outras perícias serão realizados por perito oficial, portador de diploma de curso superior.

24. **(2017 – FUNDATEC – IGP-RS - Perito Criminal) Laudo é um documento definido pela NBR 13.752/1996 como uma "peça na qual o perito, profissional habilitado, relata o que observou e dá as suas conclusões ou avalia, fundamentalmente, o valor de coisas ou direitos". A apresentação de laudos deve obedecer às prescrições desta Norma, constando, obrigatoriamente, os itens abaixo, EXCETO:**

a) Requisitos atendidos na perícia.

b) Diagnóstico da situação encontrada.

c) Memórias de cálculo, resultados de ensaios e outras informações relativas à sequência utilizada no trabalho pericial.

d) Nome, assinatura, número de registro no CREA e credenciais do perito de engenharia.

e) Indicação da pessoa física ou jurídica investigada.

25. **(CESPE - 2010 - Inmetro - Área Forense) Assinale a opção correta acerca da prova material e dos vestígios.**

A) Os trabalhos da polícia no local do crime recebem o nome de reprodução simulada dos fatos, que pode ser conceituada como a transposição para o inquérito do resultado dos exames técnicos realizados no local do delito, determinando a materialidade e apontando a autoria.

B) As provas técnicas, ou materiais, constituem o que se denomina corpo de delito, isto é, o conjunto de elementos sensíveis do fato criminoso.

C) Vestígios imateriais são aqueles passíveis de registro pelos sentidos humanos.

D) A prova material não tem existência real, não podendo ser tocada, olhada, medida, pesada.

E) A partir dos exames a que são submetidas as manchas de sangue, pode-se esclarecer se é realmente sangue; se a mancha é de sangue humano ou de animal; se humano, qual o grupo sanguíneo e qual o fator RH, mas não se pode determinar qual a identidade genotípica.

26. **(Perito Criminal - 2013) O homicídio:**

A) é crime que deixa vestígios, mas a materialidade do delito pode ser provada por testemunhas, dispensando-se o exame de corpo de delito.

B) é crime que deixa vestígios e por isso é necessário o exame de corpo de delito para a prova da materialidade da infração penal.

C) é crime que não deixa vestígios, pois a materialidade do delito é o próprio corpo da vítima.

D) é crime que não deixa vestígios, pois com a morte da vítima não é possível o exame do corpo de delito.

27. (2013 - FUMARC - PC-MG - Perito Criminal) Nos casos de crimes contra o patrimônio, com relação à avaliação prevista nas normas legais, é CORRETO afirmar:

a) Somente objetos em perfeitas condições de manutenção, uso e funcionamento serão avaliados diretamente.

b) Somente serão solicitadas ao Perito Criminal avaliações de objetos que permitam seu deslocamento à presença do expert, para que o trabalho se desenvolva a contento.

c) A avaliação indireta é solicitada quando o Perito possui apenas informações acerca do objeto em questão, fornecidas pela vítima, independentemente de constarem ou não dos autos.

d) Quando acionado para proceder a uma avaliação direta, o Perito estará se deparando com o objeto in natura, podendo contar com sua perspicácia, sua acuidade técnica e seus órgãos de sentido para desenvolver seu trabalho.

28. (2014 - IESES - IGP-SC - Auxiliar Pericial) É o conjunto de vestígios deixados pelo criminoso; em essência, o próprio fato criminal, sobre cuja análise é realizada a perícia criminal, a fim de determinar fatores como autoria, temporalidade, extensão de danos. A afirmação acima se refere a:

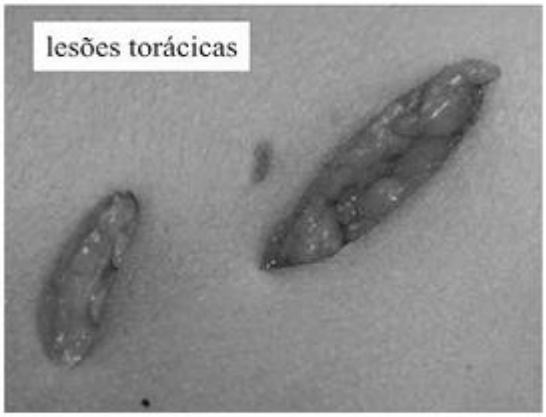
a) Prova testemunhal.

b) Laudo pericial.

c) Parecer Técnico.

d) Corpo de delito.

29. Em determinada cidade interiorana, por volta das dezesseis horas de um dia ensolarado, o corpo de uma mulher jovem foi encontrado por populares, em área descoberta de um terreno baldio. O delegado de plantão foi comunicado do fato e, ao dirigir-se ao local, a autoridade policial verificou que o corpo se encontrava em decúbito dorsal e despido. A perícia de local, tendo realizado exame perinecroscópico, verificou que o corpo apresentava temperatura de 27 ºC, além de rigidez completa de tronco e membros. Constataram-se escoriações na face, fraturas dos elementos dentários anteriores, manchas roxas na região cervical anterior e duas lesões profundas na região torácica anterior, abaixo da mama esquerda, medindo a maior delas 4 cm × 1 cm. Havia tênue mancha de tonalidade avermelhada na face posterior do corpo, que só não se evidenciava nas partes que estavam em contato com o solo. Nas adjacências das lesões torácicas e no solo próximo ao corpo, havia pequena quantidade de sangue coagulado. No mesmo terreno onde estava o corpo, foi encontrada uma faca de gume liso único. A lâmina, que estava suja de sangue, tinha formato triangular e média 20 cm de comprimento e 4 cm de largura em sua base. Exames laboratoriais realizados posteriormente atestaram que o sangue presente na faca pertencia à vítima. Após a lavagem do corpo, foi possível detectar lesões torácicas, de acordo com as imagens mostradas na figura a seguir.



Internet: <www.malthus.com.br>.

(2018 – CESPE – PC-MA - Delegado de Polícia) Considerando a situação hipotética apresentada no texto 1A9AAA e a figura que a ele se segue, assinale a opção correta.

a) Se não houvesse um perito médico-legista oficial na localidade, mas houvesse um médico e um dentista lotados no posto de saúde local, o delegado de polícia poderia nomeá-los para que eles realizassem o exame de corpo de delito.

b) O exame de corpo de delito deverá ser iniciado somente no período diurno.

c) Será necessário aguardar ao menos seis horas após a localização do cadáver para se proceder à autópsia.

d) O exame interno do cadáver poderá ser dispensado, uma vez que as lesões externas são suficientes para se estabelecer com precisão a causa da morte.

e) Após realizar o exame cadavérico, o perito médico-legista deverá redigir o parecer médico-legal, no qual deverá descrever minuciosamente o que observou e responder aos quesitos formulados.

30. (2016 – FUNCAB – PC-PA - Papiloscopista) No que diz respeito às perícias e aos peritos é correto afirmar que:

a) armas de fogo com numeração suprimida, raspada ou adulterada são isentas de perícia.

b) os peritos estão isentos de responsabilidade civil decorrente de dolo ou culpa.

c) os peritos podem ser responsabilizados criminalmente por atos no exercício da função.

d) o Delegado de Polícia não pode requisitar uma perícia médico-legal.

e) não pode ser realizada perícia em objetos falsificados.

31. (2018 – NUCEPE – PC-PI - Perito Médico Legista) Sobre a atuação do Perito médico-legista na fase de inquérito policial e processual, assinale a Alternativa CORRETA.

a) Tão logo o Perito médico-legista tome conhecimento de um exame de corpo de delito a ser realizado, deve fazê-lo e oficiar, a seguir, a autoridade policial para que faça as devidas requisições e quesitos.

b) No exercício da atividade pericial médico-legal da Perícia Oficial de natureza criminal, o Perito médico-legista está subordinado diretamente à autoridade policial que preside o inquérito policial.

c) O Perito médico-legista goza de autonomia técnica, científica e funcional no seu mister pericial.

d) No exercício da atividade pericial médico-legal, em fase pré-processual, o perito só poderá atender a requisições que tenham como origem as autoridades policiais.

e) O Perito médico-legista pode ter laudo modificado por diretor da mesma área, em caso de discordância daquele, devido ao vínculo de subordinação administrativa.

32. (2015 – FUNIVERSA – SEGPLAN-GO - Perito Criminal) Processos são um conjunto de providências que devem ser tomadas para se verificar e sanar uma lesão de direito. No curso dos processos, os

fatos devem ser esclarecidos sem quaisquer dúvidas, de modo que os juízes possam proferir sentenças justas. Os fatos alegados em um processo precisam ser demonstrados, e essa demonstração depende de sua natureza. Quando tais fatos não deixam vestígios materiais e se desvanecem no mesmo instante em que ocorrem, ou logo após, a sua comprovação em juízo só pode ser feita pela prova testemunhal. E o relato pode, por diversas razões, não corresponder fielmente à realidade. Mas, se resultam vestígios duradouros dos fatos ocorridos, com a possibilidade de serem detectados pelos nossos sentidos, o seu exame e registro devem ser feitos obrigatoriamente. E por pessoas tecnicamente capacitadas para fazê-lo.

Hygino de C. Hercules. Perícia e Peritos. Documentos

Médico-Legais. Medicina Legal – Texto e Atlas.

São Paulo: Editora Atheneu, 2005, p. 13.

Com relação aos conceitos de perícia e de perito, bem como à normatização estabelecida no CPP, assinale a alternativa correta.

a) Quando uma infração deixa vestígios, é necessário o exame de corpo de delito, ou seja, a comprovação dos vestígios materiais por ela deixados torna-se indispensável; a prova testemunhal não pode ser considerada uma alternativa aos vestígios não periciados ou àqueles que se perderam com o decorrer do tempo.

b) Perito é um auxiliar da justiça, devidamente compromissado, estranho às partes, portador de conhecimento técnico altamente especializado e sem impedimentos para atuar no processo.

c) A confissão do acusado pode suprir o exame de corpo de delito nos crimes que deixam vestígios.

d) Chama-se de corpo de delito direto o realizado pelos peritos sobre os vestígios de infração existentes, e de corpo de delito indireto quando, não existindo esses vestígios materiais, a prova é suprida pela confissão do acusado.

e) O exame de corpo de delito pode ser solicitado diretamente ao órgão responsável pela perícia pelo advogado procurador da parte interessada.

33. (2017 – FCC – POLITEC-AP - Perito Médico Legista) A perícia médico-legal tem como finalidade o esclarecimento de um fato de interesse da Justiça. Em relação à perícia médica de natureza criminal,

a) os exames não complexos de lesão corporal devem ser realizados por três peritos concursados a fim de constituir junta médica.

b) o Perito Médico Legista pode decretar o sigilo de seu laudo médico-legal nas ações penais.

c) o assistente técnico indicado pelas partes deve ser notificado pelo Delegado de Polícia quando for solicitada perícia médico-legal.

d) o Perito Médico Legista pode ser solicitado a atuar na fase pré-processual e na fase processual.

e) na falta de Perito Médico-Legista na região, a perícia deve ser realizada pelo assistente técnico da vítima.

34. (2018 – CESPE – PC-MA - Odontologia) Perito odontolegal é o profissional técnico que detém conhecimento e aptidão na área odontológica para analisar e interpretar fatos com o objetivo de

a) interferir na decisão judicial.

b) identificar criminosos.

c) convencer o julgador.

d) fornecer esclarecimentos à justiça.

e) refutar provas materiais.

35. (2018 – FUMARC – PC-MG - Delegado de Polícia) No que tange à perícia oficial e em acordo com o CPP, é CORRETO afirmar:

a) É facultada ao acusado a indicação de assistente técnico, após admissão pela autoridade policial.

b) Entende-se por perícia complexa aquela que abrange mais de uma área de conhecimento especializado.

c) Faculta-se ao Ministério Público e ao assistente técnico do querelante a formulação de quesitos a qualquer tempo do inquérito policial.

d) Na falta de perito oficial, qualquer contribuinte poderá exercer o mister, desde que não inadimplente com impostos públicos, e que seja admitido pelo delegado de polícia presidente do inquérito.

36. (2017 – FUNDATEC – IGP-RS - Perito Médico Legista) O Laudo Pericial deverá ser entregue em um prazo de:

a) 30 dias, impreterivelmente.

b) 10 dias, prorrogável por mais 10 por requerimento do Delegado.

c) 10 dias, prorrogável por requerimento do Juiz.

d) 30 dias, prorrogável por requerimento do Perito.

e) 10 dias, prorrogável por requerimento do Perito.

37. (2017 – IBFC – POLÍCIA CIENTÍFICA-PR – Odontólogo) O principal documento emitido pelo odontolegista é o laudo. A respeito desse assunto, analise as afirmativas.

I. O histórico é a parte do laudo que se refere ao local, à data e à hora da perícia, à autoridade requisitante, aos peritos designados, à indicação da pessoa a ser periciada, ao exame a ser realizado e aos quesitos a serem respondidos.

II. Descrição é a parte que contém, com todos os detalhes, os achados objetivos e subjetivos dos exames realizados.

III. Discussão é a parte da ilação tirada com a análise dos dados descritos e discutidos, a posição final procurada pelo requerente da perícia.

Assinale a alternativa correta

a) Todas as afirmativas estão corretas

b) Estão corretas apenas as afirmativas I e III

c) Estão corretas apenas as afirmativas II e III

d) Está correta apenas a afirmativa II

e) Está correta apenas a afirmativa III

38. (2016 – CESPE – POLÍCIA CIENTÍFICA-PE - Perito Papiloscopista) Acerca da perícia médico-legal, assinale a opção correta.

a) O material sobressalente analisado na perícia inicial de laboratório deverá ser descartado após a conclusão desta.

b) O exame de corpo de delito poderá ser feito em qualquer dia e a qualquer hora.

c) O exame de corpo de delito é privativo do perito oficial.

d) Preferencialmente, a autópsia deverá ser feita imediatamente após o óbito.

e) Obrigatoriamente, a autópsia tem de incluir os exames externo e interno do cadáver.

39. (2015 – FUNIVERSA – SPTC-GO - Médico Legista) Considerando os conceitos de perícia e de perito, bem como a normatização estabelecida no CPP, assinale a alternativa correta.

a) A detecção de vestígios do crime nas coisas não é exame de corpo de delito.

b) O exame de corpo de delito só poderá ser feito por via direta.

c) A autópsia será feita pelo menos 6 horas depois do óbito, salvo se os peritos, pela evidência dos sinais de morte, julgarem que possa ser feita antes daquele prazo, o que declararão no auto.

d) O exame de corpo de delito, em questões médico-legais, só poderá ser feito nas dependências dos Institutos de Medicina Legal ou dos hospitais públicos durante o correr do dia solar.

e) Exame de corpo de delito é a procura de vestígios do crime no corpo humano.

40. (2017 – FCC – POLITEC-AP - Perito Médico Legista) A necropsia forense pode fornecer diversos elementos de interesse à justiça. Em relação aos exames necroscópicos realizados no Instituto Médico Legal,

a) nos casos de morte violenta, quando não houver infração penal a apurar, o exame interno do cadáver não é obrigatório.

b) o exame necroscópico deve ser realizado pelo menos oito horas depois do óbito, aguardando a rigidez completa e fixação da mancha de hipóstase.

c) a necropsia de cadáveres fragmentados deve se limitar à identificação dos fragmentos, visto que o esquartejamento e o espostejamento impedem outros tipos de análises. (...)

41. **(2018 – CESPE – Polícia Federal - Perito Criminal) Julgue o próximo item de acordo com os preceitos éticos e legais a serem seguidos pelo perito na área da medicina.**

Segundo o Código de Processo Penal, o exame cadavérico, em casos de morte violenta, é obrigatório e deverá ser realizado preferencialmente por perito oficial, sendo obrigatória, nesses casos, a inspeção tanto externa quanto interna do corpo, o que será detalhado e, se possível, ilustrado, no respectivo laudo pericial.

42. **(2018 – VUNESP – PC-BA - Delegado de Polícia) Jovem do sexo masculino é encontrado morto no seu quarto, aparentemente um caso de suicídio por enforcamento. Logo ao chegar no local de morte, a equipe pericial encontra a vítima na cama, com o objeto usado como elemento constritor removido.**

Nessa situação, o perito criminal deve

a) avaliar detalhadamente o local, buscar pistas de envolvimento de terceiros, não realizar o exame pericial do cadáver e registrar a alteração notada no laudo final.

b) fazer o boletim de ocorrência com a alteração notada, isolar e preservar o local de morte, e solicitar o envio de equipe pericial do instituto médico-legal para realização de perícia conjunta.

c) informar à autoridade policial sobre a alteração do local de morte, emitir o laudo de impedimento e determinar a remoção imediata do cadáver para o instituto médico-legal.

d) realizar o exame externo do cadáver, de tudo que é encontrado em torno dele ou que possa ter relação com o fato em questão, e registrar no laudo a alteração notada no local de morte.

e) realizar o registro fotográfico do local, investigar as circunstâncias da morte, não realizar o exame pericial do cadáver, coletar o provável instrumento utilizado e descrever no laudo a alteração do local de morte.

43. **(2015 - FUNCAB - PC-AC - Perito Criminal - Análise de Sistemas) Acerca dos tipos de morte, assinale a assertiva correta.**

a) A morte súbita é aquela imprevista, que sobrevém instantaneamente e sem causa manifesta, atingindo pessoas em aparente estado de boa saúde.

b) A morte súbita é aquela imprevista, que sobrevém instantaneamente e sem causa manifesta, atingindo pessoas com estado de saúde delicado.

c) A morte violenta é aquela que tem como causa determinante a ação abrupta e intensa, física ou química, sobre o organismo, de causa interna.

d) A causa médica da morte se divide em natural ou violenta

e) A morte natural é a que resulta da alteração orgânica ou perturbação funcional provocada por agentes naturais, de causa externa.

44. (2017 – FUNDATEC – IGP-RS - Perito Médico Legista) O Artigo 164 do Código de Processo Penal versa sobre as fotografias obrigatórias para locais de crimes com cadáveres. Sobre esse assunto, assinale a alternativa INCORRETA.

a) Os cadáveres serão sempre fotografados na posição em que forem encontrados.

b) Na medida do possível, todas as lesões externas observadas durante o exame perinecroscópico do cadáver deverão ser fotografadas.

c) A fotografia é um importante recurso visual que em muito auxilia o Perito Criminal em seu trabalho e aos demais usuários do Laudo.

d) O registro fotográfico de todas as tatuagens e cicatrizes é obrigatório, mesmo em vítimas identificadas.

e) Devem ser fotografados, na medida do possível, todos os vestígios deixados no local do crime.

45. (2014 - IESES - IGP-SC - Auxiliar Pericial) De acordo com a legislação brasileira vigente, que disciplina a matéria a respeito de laudo pericial, é correto afirmar:

I. O laudo pericial será elaborado no prazo máximo de 30 dias, podendo este prazo ser prorrogado, em casos excepcionais, a requerimento dos peritos.

II. Para representar as lesões encontradas no cadáver, os peritos, quando possível, juntarão ao laudo do exame provas fotográficas, esquemas ou desenhos, devidamente rubricados.

III. Os peritos elaborarão o laudo pericial, onde descreverão minuciosamente o que examinarem, e responderão aos quesitos formulados.

IV. Nos casos de morte violenta, bastará o simples exame externo do cadáver, quando não houver infração penal que apurar, ou quando as lesões externas permitirem precisar a causa da morte e não houver necessidade de exame interno para a verificação de alguma circunstância relevante.

A sequência correta é:

a) Apenas as assertivas II e IV estão corretas.

b) Apenas a assertiva III está correta.

c) Apenas as assertivas II, III e IV estão corretas.

d) As assertivas I, II, III e IV estão corretas.

46. (2018 – CESPE – PC-MA - Médico Legista) Um perito médico legista não incluiu propositalmente em seu laudo necroscópico o resultado da alcoolemia de um cadáver que ele examinou.

Nessa situação hipotética, independentemente da importância de seu resultado para o andamento do processo, o médico legista cometeu

a) crime de falsificação de documento público.

b) crime de falsa perícia.

c) contravenção penal contra à fé pública.

d) contravenção penal contra a administração pública.

e) crime de falsidade ideológica por negligência.

47. (2018 – INSTITUTO AOCP – ITEP-RN - Perito Criminal - Química) Anselmo recebeu uma Requisição de Exame Pericial em 19/01/2017 cuja natureza delituosa versava sobre um homicídio e o objeto de perícia era o local do crime. Constava no documento a observação de que a vítima foi socorrida e entrou em óbito no hospital em decorrência de ferimentos provocados à estocada de uma faca de cozinha. Anselmo realizou a perícia no mesmo dia e expediu o laudo pericial em 02/02/2017. Com base nessa situação hipotética, assinale a alternativa correta.

a) Considerando que o instrumento utilizado no crime era do tipo cortante, é esperado que, em laudo pericial próprio, o Médico Legista descreva as lesões do cadáver como incisas ou fusiformes.

b) Na ausência de excepcionalidades, Anselmo expediu seu laudo pericial dentro do prazo legal.

c) Como as lesões descritas são normalmente pouco hemorrágicas, é provável que, no local, exista campo para exames envolvendo manchas de sangue.

d) Dentre os vestígios de interesse forense envolvidos nesse caso, é possível destacar a faca utilizada, eventuais impressões dígito-papilares presentes nesta e manchas de sangue da vítima.

e) A Requisição de Exame Pericial é o documento assinado por qualquer policial civil, no qual se mencionam os resultados da perícia.

48. (2016 – CESPE – POLÍCIA CIENTÍFICA-PE - Perito Papiloscopista) A respeito da perícia médico-legal, assinale a opção correta.

a) É inadmissível a atuação de mais de um perito oficial e de um assistente técnico por perícia.

b) No processo judicial que demande a realização de perícia médico-legal, a decisão do juiz deverá ser tomada com base no laudo dessa perícia.

c) O juiz é a única autoridade competente para negar a realização de perícia em qualquer circunstância.

d) Quando o primeiro exame pericial for incompleto para a avaliação das lesões corporais, a decisão de realização de exame complementar será privativa do juiz.

e) Em caso de lesões corporais, se o primeiro exame pericial tiver sido incompleto, a falta de exame complementar poderá ser suprida pela prova testemunhal.

49. (2015 – FUNIVERSA – SPTC-GO - Médico Legista) O exame de corpo de delito complementar será realizado

a) 30 dias após a realização do primeiro exame.

b) 30 dias após a data da agressão sofrida pela vítima.

c) 60 dias após a agressão, quando a lesão for deformante.

d) quando o médico-legista determinar no primeiro exame.

e) por determinação da autoridade judiciária nos casos de inexistência de vestígios para a comprovação de um delito.

50. **(2014 - IESES - IGP-SC - Auxiliar Pericial) De acordo com a legislação brasileira vigente, que disciplina a matéria a respeito de laudo pericial, é correto afirmar:**

I. O laudo pericial será elaborado no prazo máximo de 30 dias, podendo este prazo ser prorrogado, em casos excepcionais, a requerimento dos peritos.

II. Para representar as lesões encontradas no cadáver, os peritos, quando possível, juntarão ao laudo do exame provas fotográficas, esquemas ou desenhos, devidamente rubricados.

III. Os peritos elaborarão o laudo pericial, onde descreverão minuciosamente o que examinarem, e responderão aos quesitos formulados.

IV. Nos casos de morte violenta, bastará o simples exame externo do cadáver, quando não houver infração penal que apurar, ou quando as lesões externas permitirem precisar a causa da morte e não houver necessidade de exame interno para a verificação de alguma circunstância relevante.

A sequência correta é:

a) Apenas as assertivas II, III e IV estão corretas.

b) Apenas a assertiva III está correta.

c) As assertivas I, II, III e IV estão corretas.

d) Apenas as assertivas II e IV estão corretas.

51. **(2018 – INSTITUTO AOCP – ITEP-RN - Técnico de Necrópsia) Dois trabalhadores brigaram no serviço, trocando socos e pontapés, o que resultou em contusões recíprocas. Após duas semanas, ambos estavam bem e retornaram ao trabalho normalmente, voltando ao convívio amistoso. Nesse caso, sob o ponto de vista médico-legal, é correto afirmar que**

a) não houve lesão corporal, pois contusões não se enquadram como lesões.

b) houve lesão corporal.

c) lesão corporal é um diagnóstico subjetivo, que depende da queixa da vítima.

d) lesões apenas externas não configuram lesão corporal.

e) como as lesões foram leves e os envolvidos logo se restabeleceram, sem sequela, não houve lesão corporal.

52. **(2017 – FCC – POLITEC-AP - Perito Médico Legista) A finalidade da perícia médica é produzir prova técnica de natureza médica, esclarecendo um fato à justiça. A perícia médica**

a) pode ser conceituada como a realização do exame físico pericial.

b) judicial ocorre por determinação do magistrado quando a prova de um fato depender de conhecimento técnico médico.

c) se materializa nos autos por meio de depoimento oral reduzido a termo.

d) em âmbito criminal não admite participação de assistente técnico.

e) é realizada em casos em que o vestígio tenha menos do que 2 meses.

53. **(2018 – CESPE – PC-MA - Odontologia) Havendo necessidade de perícia em processo de reparação de danos relativos à colocação de implante dentário, o juiz nomeará, preferencialmente, profissional graduado em odontologia para exercer a função de perito**

a) oficial de juízo.

b) designado.

c) assistente.

d) contratado.

e) louvado.

54. **(2017 – FCC – POLITEC-AP - Perito Médico Legista) Após sofrer algum tipo de violência, as pessoas podem desenvolver transtornos psiquiátricos, inclusive de ordem orgânica. Estão corretas a seguinte descrição de caso e correspondente avaliação de lesão corporal:**

a) José foi agredido na cabeça durante assalto, tendo traumatismo cranioencefálico, permanecendo comatoso por 47 dias. Evoluiu com epilepsia pós-traumática em uso de oxcarbazepina. Lesão corporal de natureza gravíssima por enfermidade incurável.

b) Maria trabalhava em um banco que foi assaltado. Permaneceu com os assaltantes por 2 horas. Evoluiu com transtorno de estresse pós-traumático, não conseguindo entrar mais em agências bancárias, apesar do tratamento psicoterápico e medicamentoso. O evento ocorreu há 3 meses, estando afastada pelo INSS recebendo auxílio-doença acidentário desde então. Lesão corporal de natureza gravíssima por incapacidade permanente para o trabalho.

c) Eduardo levou um tiro durante uma briga de bar, tendo ficado paraplégico. Além disso, evoluiu com episódio depressivo devido a sua nova condição. Lesão corporal de natureza grave por debilidade permanente de membro, sentido ou função.

d) Monica foi atropelada por motocicleta, tendo sofrido politraumatismo com traumatismo cranioencefálico. Apresentou perda de massa encefálica e evoluiu com transtorno de personalidade orgânico com auto e hetero agressividade, depressão orgânica grave e epilepsia pós-traumática. Lesão corporal de natureza gravíssima por deformidade permanente.

e) João brigou em um bar com um amigo, tendo trocado socos com ele. Compareceu ao Instituto Médico Legal – IML no dia seguinte, sendo constatada equimose arroxeada em região periorbital esquerda, sem comprometimento da visão. Lesão corporal grave por perigo de vida.

55. (2017 – FUNDATEC – IGP-RS - Perito Médico Legista) Uma mulher de 74 anos chega ao plantão do departamento médico-legal às 20 horas do dia 15 de março com uma guia emitida por autoridade policial requisitando exame pericial de lesões corporais. A vítima informa ao perito médico-legista que foi empurrada por uma sobrinha durante uma discussão na manhã de 15 de março e que caiu, traumatizando o membro superior direito. Apresenta declaração de médico ortopedista informando "fratura de rádio distal direito, aguardando cirurgia". Apresenta também radiografias do segmento em questão. Porta, ainda, receitas de anti-inflamatório e do analgésico codeína. Os documentos médicos têm a data do dia do exame pericial. Apresenta tala gessada em membro superior direito e refere "muita dor". Sobre essa situação hipotética, assinale a alternativa correta.

a) Diante da receita do analgésico codeína e do relato de "dor de forte intensidade", o perito médico-legista pode asseverar no laudo que se trata de lesão corporal grave.

b) Deverá o perito médico-legista informar que houve inutilização de membro (no caso, membro superior direito).

c) A resposta ao quesito "Se há incapacidade para as ocupações habituais por mais de 30 dias" pode ser: "Necessário exame complementar em 30 dias".

d) Cabe ao perito médico-legista averiguar se houve a agressão, ouvindo a acusada e testemunhas do fato.

e) Como se trata de uma pessoa idosa, o perito médico legista deve informar no laudo que se trata de "meio cruel".

56. (Universa - Perito Criminal - GO - 2010) Em local de alegado cometimento de suicídio, perpetrado mediante projétil disparado por arma de fogo, o perito criminal obrigatoriamente deverá

A) proceder à pesquisa de resíduos de tiro nas mãos da vítima e pormenorizada varredura, visando localizar eventuais cartas ou bilhetes.

B) confeccionar auto de exibição e apreensão de todos os objetos encontrados.

C) elaborar recognição visuográfica do evento.

D) proceder à gravação em vídeo de todas as entrevistas realizadas.

E) reduzir a termo todos os depoimentos obtidos.

57. (2018 – INSTITUTO AOCP – ITEP-RN - Perito Criminal - Química) O Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (e alterações), representa os ritos da processualística criminal brasileira. Nesse Código de Processo Penal, há previsão de alguns exames periciais específicos. Assinale a alternativa na qual constam apenas exames periciais expressamente previstos no Código de Processo Penal.

a) Exame em letra e firma em documentos particulares, perícias de laboratório, exame de local, exame de instrumentos empregados para a prática de crime, verificação da causa de incêndios.

b) Exame para reconhecimento de escritos, descrição de vestígios nos crimes cometidos com destruição ou rompimento de obstáculo à subtração da coisa, identificação de elementos que apontem a atividade de hackers.

c) Perícias de laboratório, microcomparação balística, verificação do local onde um incêndio começou.

d) Eficácia de arma de fogo, confronto de voz, extração de dados de discos rígidos, estimativa de área ambiental degradada.

e) Exame de reconhecimento de escritos, perícias de laboratório, microcomparação balística e confronto de voz.

58. **2015 – FCC – CNMP- Técnico - Segurança Institucional) Um técnico do CNMP, atuando no âmbito do levantamento de dados, imagens e informações em formato digital para documentar ocorrências e instruir processos investigativos, fez uso de um procedimento científico de coleta, exame, autenticação, preservação e análise dos dados mantidos em meios de armazenamento digital, de tal maneira que estas informações pudessem ser usadas como prova em juízo. Para isso, ele lidou com os seguintes problemas: recuperação dos dados sem prejuízo ao seu valor probatório, armazenamento com segurança dos dados recuperados, busca de informações significativas em um volume muito grande de dados e a própria apresentação das informações em juízo. Sua preocupação maior era garantir a segurança da informação. Cientificamente, estes procedimentos caracterizam o processo de**

a) perícia forense computacional.

b) fundamentação digital probatória.

c) LTDD – laudo técnico de documentação digital.

d) LTED – laudo técnico de elementos digitais.

e) análise digital de riscos.

59. **(Agente de Polícia – PC SC – ACAFE) Considerando as disposições do Código de Processo Penal relativas à prova, assinale a alternativa correta.**

A) Serão sujeitos a exame os instrumentos empregados para a prática da infração, a fim de se lhes verificara propriedade.

B) Em caso de lesões corporais, se o primeiro exame pericial tiver sido incompleto, proceder-se-á a exame complementar por determinação da autoridade policial ou judiciária, de ofício, ou a requerimento do Ministério Público, do ofendido ou do acusado, ou de seu defensor.

C) Proceder-se-á, necessariamente e em qual- quer hipótese, a avaliação de coisas destruídas, deterioradas ou que constituam produto do crime.

D) O juiz que não possuir conhecimento específico quanto ao objeto da perícia ficará adstrito ao laudo elaborado pelo perito oficial.

E) O juiz ou a autoridade policial negará a perícia requerida pelas partes quando não for necessária ao esclarecimento da verdade, inclusive no caso de exame de corpo de delito.

GABARITO



1. C
2. E
3. D
4. C
5. A
6. B
7. D
8. C
9. E
10. C
11. C
12. A
13. B
14. B
15. D
16. D
17. D
18. A
19. D
20. B
21. A
22. D
23. C
24. E
25. B
26. B
27. D
28. D
29. A
30. C
31. C
32. B
33. D
34. D
35. B
36. E
37. D
38. B
39. C
40. A
41. E
42. D
43. A
44. D
45. C
46. B
47. D
48. E
49. B
50. A
51. B
52. B
53. A
54. A
55. C
56. A
57. A
58. A
59. B

ESSA LEI TODO MUNDO CONHECE:
PIRATARIA É CRIME.

Mas é sempre bom revisar o porquê e como você pode ser prejudicado com essa prática.

1. 

Professor investe seu tempo para elaborar os cursos e o site os coloca à venda.

2. 

Pirata divulga ilicitamente (grupos de rateio), utilizando-se do anonimato, nomes falsos ou laranjas (geralmente o pirata se anuncia como formador de "grupos solidários" de rateio que não visam lucro).

3. 

Pirata cria alunos fake praticando falsidade ideológica, comprando cursos do site em nome de pessoas aleatórias (usando nome, CPF, endereço e telefone de terceiros sem autorização).

4. 

Pirata compra, muitas vezes, clonando cartões de crédito (por vezes o sistema anti-fraude não consegue identificar o golpe a tempo).

5. 

Pirata fere os Termos de Uso, adultera as aulas e retira a identificação dos arquivos PDF (justamente porque a atividade é ilegal e ele não quer que seus fakes sejam identificados).

6. 

Pirata revende as aulas protegidas por direitos autorais, praticando concorrência desleal e em flagrante desrespeito à Lei de Direitos Autorais (Lei 9.610/98).

7. 

Concurseiro(a) desinformado participa de rateio, achando que nada disso está acontecendo e esperando se tornar servidor público para exigir o cumprimento das leis.

8. 

O professor que elaborou o curso não ganha nada, o site não recebe nada, e a pessoa que praticou todos os ilícitos anteriores (pirata) fica com o lucro.



Deixando de lado esse mar de sujeira, aproveitamos para agradecer a todos que adquirem os cursos honestamente e permitem que o site continue existindo.